

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2024/CPP/ALE/RO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100.241.000035/2024-36
UASG 926919 - AMPLA PARTICIPAÇÃO

1 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. PREÂMBULO:

A SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES – SCL, por meio de seu **Agente de Contratações** e Equipe de Apoio, nomeada por força das disposições contidas no **ATO Nº 1932/2025-SUP-RH/ALE/RO**, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de **pregão**, na forma **eletrônica**, do tipo **menor preço**, com o método de disputa **aberto**, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme disposições descritas neste edital e seus anexos, em conformidade com a **Lei Federal nº 14.133/2021**, **Decreto Estadual nº 28.874/2024**, **Lei Estadual nº 2.414/2011**, **Res 593/2024** e suas alterações

1.1.1. A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, atua como Órgão provedor do Sistema Eletrônico;

1.1.2. Sempre será admitido que o presente Edital de Licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, foi cuidadosamente examinado pelas LICITANTES, sendo assim, não se isentarão do fiel cumprimento dos dispostos neste edital e seus anexos, devido à omissão ou negligência oriunda do desconhecimento ou falsa interpretação de quaisquer de seus itens;

1.1.3. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br

1.1.4. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

DATA DE ABERTURA: 25 de março de 2025

HORÁRIO (Brasília/DF): às 10h00min.

1.1.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do **Agente de Contratações** em contrário.

1.1.6. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília - DF.

2 – DAS DISPOSIÇÕES DO OBJETO

Do Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO PREDIAL PARA COBERTURA DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS CONTRA RISCOS DE INCÊNDIO, QUEDA DE RAIO, EXPLOSÃO E RISCOS DIVERSOS (ALAGAMENTOS, VENDEVAL, DANOS ELÉTRICOS E QUEBRA DE VIDROS), E OS DECORRENTES DE TUMULTOS, ROUBO DE BENS OU FURTO QUALIFICADO, DANOS AO PATRIMÔNIO E RESPONSABILIDADE CIVIL, a pedido da SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, para atender as necessidades da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e Escola do Legislativo, conforme descrição detalhada no Anexo II – Termo de Referência, no valor estimado de **R\$ 178.631,16** (cento e setenta e oito mil, seiscentos e trinta e um reais e dezesseis centavos).

2.1. **Em caso de discordância** existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico –

COMPRASNET/CATMAT, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

2.2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO: Ficam aquelas estabelecidas no item 2 e subitens do Anexo II – Termo de Referência, as quais devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa da unidade requisitante.

2.3. DAS FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO: Ficam aquelas estabelecidas no item 3 e subitens do Anexo II – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa da unidade requisitante.

2.4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO: Ficam aquelas estabelecidas no item 4 e subitens do Anexo II – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa da unidade requisitante.

2.5. DA APÓLICE E DA INDENIZAÇÃO: Ficam aquelas estabelecidas no item 5 e subitens do Anexo II – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa da unidade requisitante.

2.6. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO: Ficam aquelas estabelecidas no item 6 e subitens do Anexo II – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa da unidade requisitante.

2.7. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO: Ficam aquelas estabelecidas no item 7 e subitens do Anexo II – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa da unidade requisitante.

2.8. DO MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO: Ficam aquelas estabelecidas no item 8 e subitens do Anexo II – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa da unidade requisitante.

2.9. DO PAGAMENTO: Ficam aquelas estabelecidas no item 9 e subitens do Anexo II – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa da unidade requisitante.

2.10. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO: Ficam aquelas estabelecidas no item 10 e subitens do Anexo II – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa da unidade requisitante, observando que os itens que compõe o GRUPO/LOTE sempre será o de MENOR preço, em relação ao valor estimado unitário.

2.11. DO NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO: Ficam aquelas estabelecidas no item 11 e subitens do Anexo II – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: Ficam aquelas estabelecidas no item 12 e subitens do Anexo II – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: Ficam aquelas estabelecidas no item 13 e subitens do Anexo II – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Ficam aquelas estabelecidas no item 14 e subitens do Anexo II – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.15. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E REAJUSTE DE PREÇO: Ficam aquelas estabelecidas no item 15 e subitens do Anexo II – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES): Ficam aquelas estabelecidas no item 16 e subitens do Anexo II – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.17. DA ALTERAÇÃO, DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO: Ficam aquelas estabelecidas no item 17 e subitens do Anexo II – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.18. DO FORO: Ficam aquelas estabelecidas no item 18 e subitens do Anexo II – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

3 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1. De acordo com o Art. 164, da lei nº14.133, de 2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo

protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública, observando o seguinte procedimento:

- 3.2. Envio exclusivo para endereço eletrônico, via e-mail: cpl@ale.ro.gov.br ou protocolar o original junto a Sede desta Superintendência de Licitações, no horário das 07h30min. às 13h30min., de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, nº 2562 – Bairro Olaria, Porto Velho/RO - CEP: 76.801-189.
- 3.3. Mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.
- 3.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos do certame, de forma que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo licitatório.
- 3.5. A decisão do(a) **Agente de Contratações**(a) quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site www.comprasnet.gov.br, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) **Agente de Contratações**(a), na forma do Art. 164, parágrafo único.
- 3.6. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.

4 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (www.comprasnet.gov.br), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 4.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, inobservância que poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 4.3. **Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:**
 - 4.3.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 4.3.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:
 - 4.3.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;
 - 4.3.2.1. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;
 - 4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
 - 4.3.4. Aquele que se enquadre no disposto no art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;
 - 4.3.5. Agente público do órgão, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 4.3.6. Fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, sendo que neste caso o item licitado se constitui de solução comercializada por inteiro, não havendo possibilidade de parcelamento

5 – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 5.1 Há vedação legal expressa quanto ao enquadramento de empresas que exerçam atividade de corretagem de seguros privados, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/06, art. 3º, §4º, portanto, não poderão participar deste certame, por expressa vedação legal.

6 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, devendo ser encaminhado, exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação e a proposta de preço, conforme exigências do Edital.
- 6.2. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos: Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto; descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme à especificação do Termo de Referência.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.
- 6.6. As propostas terão validade mínima de **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 6.7. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema comprasnet não devem conter nenhuma identificação da empresa proponente, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.
- 6.8. Quando da inclusão do anexo da proposta no sistema eletrônico, as empresas deverão fornecer as informações necessárias para a identificação da proposta, que somente será pública após a fase de lances.
- 6.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E CRITÉRIO DE DESEMPATE

- 7.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor total de cada item.
- 7.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:
- a) 2% (dois por cento), quando o item licitado possuir valor estimado de até R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
 - b) 1º (um por cento) quando o item licitado possuir valor estimado acima de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).
- 7.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado no certame.
- 7.7.1. Os critérios dos modos de disputa estão estabelecidos no Art. 23 e 24 da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022.
- 7.8. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) **Agente de Contratações** (a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro

horas da comunicação do fato pelo (a) **Agente de Contratações** (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.9. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes.

7.10. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.11. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o (a) **Agente de Contratações** (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8 DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o **Agente de Contratações** verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

8.2. Seguidamente será realizada a negociação e atualização dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema Compras.gov.br, devendo o (a) **Agente de Contratações** (a) examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação.

8.2.1. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo II – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o (a) **Agente de Contratações** (a), poderá convocar no chat de mensagens para atualização do referido lance e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

8.3. O (a) **Agente de Contratações** (a) não aceitará e não adjudicará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação.

8.3.1. O **Agente de Contratações** poderá solicitar ao licitante melhor classificado que, **no prazo de até 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.4. Para fins de aceitação da proposta o (a) **Agente de Contratações** (a) examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

8.5. Quando houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do [artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

8.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do órgão requisitante, ou da área especializada no objeto.

8.7. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9 – DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.2.1 Ressalvado os documentos possíveis de verificação conforme [item 9.2](#), os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

9.5. A verificação pelo **Agente de Contratações**, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.6.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.6.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.7. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006 e alterações.

9.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

9.9. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda federal;

d) Prova de regularidade Estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

e) Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

9.10. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br/>;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.
- g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.
- h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir
- 9.10.1.** Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

9.11. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de feitos sobre falência – Lei nº. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que o(a) **Agente de Contratações**(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídos há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídos há menos de um ano), de 10% (dez por cento) do valor estimado do item/ lote que o licitante estiver participando.
- b.1) No caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referencias;
- b.2) Caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotes em que o licitante estiver classificado, o **Agente de Contratações** o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;
- b.3) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- b.4) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)
- 9.11.1.** As regras descritas nos itens b.1 e b.2 deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s).

9.12. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 9.12.1** Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no [item 10.4 e subitens, todos do Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa da unidade requisitante.
- 9.13.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.13.1** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.14. DAS DECLARAÇÕES:

- a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- c) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- d) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

10 – DO RECURSO

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#) após a fase de HABILITAÇÃO, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante dentro do prazo poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata sua intenção de recorrer no prazo mínimo de 10 (dez) minutos.

10.1.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

10.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 8º, da atade julgamento.

10.3. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

10.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

10.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente, nos termos do [art. 168, da Lei n. 14.133, de 2021](#)

11 – DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

12 – DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

12.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório de que trata esta Instrução Normativa por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

§ 1º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

§ 2º Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

§ 3º Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº14.133, de 2021.

13 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. A licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas nos termos do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal e **sanções** previstas no **item 16 e subitens do Anexo II – Termo de Referência**

13.2. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Estado de Rondônia.

14 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, estão consignados no orçamento da ALE/RO, no valor global de **R\$ 178.631,16** (cento e setenta e oito mil, seiscentos e trinta e um reais e dezesseis centavos), nos termos da **Lei nº 5.733, de 09 de janeiro de 2024 - Lei Orçamentária Anual – LOA 2024**) e do Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD 2024:

Pré-Empenho	Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Subitem	Valor Total
2024PE000116	01.001.01.122.1006.2406 Fortalecer a Estrutura do Poder Legislativo	33.90.39 Outras despesas correntes. Outros serviços de terceiros - PJ	00 Outros Serviços Terceiros - PJ	178.631,16
Total =>				178.631,16

15 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública nos sistemas eletrônicos: www.comprasnet.gov.br e www.ale.ro.leg.br – link “licitações”

15.2. As disposições atinentes à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento deverão ser observadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br e www.ale.ro.leg.br

15.11. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

16 – DOS ANEXOS

16.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar - ([disponível separadamente](#))

ANEXO II - Termo de Referência - ([disponível separadamente](#)), composto de:

✓ Anexo I – Termo de Opção de Vistoria

ANEXO III – Modelo de proposta (virtual e definitiva)

ANEXO IV – Modelo de Minuta de contrato - ([disponível separadamente](#))

Porto Velho-RO, 27 de fevereiro de 2025.

EVERTON JOSÉ DOS SANTOS FILHO
Agente de Contratações

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (virtual e definitiva)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100.241.000035/2024-36
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2024/CPP/ALE/RO
UASG 926919 - AMPLA PARTICIPAÇÃO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO PREDIAL PARA COBERTURA DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS CONTRA RISCOS DE INCÊNDIO, QUEDA DE RAIOS, EXPLOÇÃO E RISCOS DIVERSOS (ALAGAMENTOS, VENDAVAL, DANOS ELÉTRICOS E QUEBRA DE VIDROS), E OS DECORRENTES DE TUMULTOS, ROUBO DE BENS OU FURTO QUALIFICADO, DANOS AO PATRIMÔNIO E RESPONSABILIDADE CIVIL, a pedido da SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, para atender as necessidades da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e Escola do Legislativo, conforme descrição detalhada no Anexo II – Termo de Referência. As empresas interessadas em participar deste certame deverão apresentar a descrição integral do respectivo grupo/item que compõe a sua proposta, vedadas expressões como: conforme item do edital e/ou termo de referência, sob pena de desclassificação.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS QUE DEVERÃO COMPOR OS SERVIÇOS	UNID	QUANT	VLR- UNIT	VLR-TOT
1	Edifício Sede da Assembleia Legislativa de Rondônia - 15 Pavimentos - Localizado na Av. Farquar nº 2562, Bairro Olaria - CEP 76.801-189 - Porto Velho/RO. Área Construída: 43.073,02 m²	UND	1		
2	Edifício Sede da Escola do Legislativo de Rondônia - 01 Pavimento - Localizado na Rua Major Amarantes, nº 390, Bairro Arigolândia - CEP 76.801-911 - Porto Velho/RO. Área Construída: 4.693,10 m²	UND	1		
Total do grupo =>					

O valor global da proposta é de R\$ _____ (), e será pago mensalmente de acordo com os serviços prestados, calculado pelo preço unitário.

VALIDADE DA PROPOSTA: _____ DIAS. A validade da proposta não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias consecutivos**, contados da data marcada para abertura das propostas.

Declaramos, para fins que se fizerem necessários que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e concordamos, sem restrição, com as condições constantes do Edital e seus anexos.

Declaramos que os preços cotados são absolutamente líquidos, já incluídos todos os custos diretos ou indiretos, inerentes ao objeto (salários, tributos, encargos sociais, fretes, material, etc.).

DADOS DA EMPRESA

Razão Social: _____
CNPJ: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ UF _____
Telefone: _____ E-mail: _____
Banco: _____ Agência: _____ C/C: _____

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome: _____
RG: _____ C.P.F. _____
Telefones: _____ E-mail: _____

Local e data,

(assinatura do representante legal)

RG:

CPF:

Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia - ALE/RO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 0340175/2024-ALE/SEC-ENG-ARQ/DEP-ENG

Seguro Predial para os edifícios da Assembleia Legislativa Do Estado de Rondônia – ALE/RO

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Processo SEI nº 100.241.000035/2024-36.

2. DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

2.1. Jefferson Willian Batista da Silva – Analista Legislativo em Eng. Civil;

2.2. Ítalo Ferreira Pimentel – Assistente Legislativo Téc. em Edificações.

3. INTRODUÇÃO

3.1. A preservação do patrimônio mobiliário e imobiliário é uma prioridade fundamental para qualquer instituição e a Assembleia Legislativa de Rondônia não está isenta dessa responsabilidade. Diante da importância do Edifício-sede e da Escola do Legislativo como pilares essenciais para o funcionamento do Legislativo estadual, torna-se imprescindível adotar medidas proativas para garantir sua proteção contra uma variedade de riscos potenciais.

3.2. O presente Estudo Técnico Preliminar visa conduzir uma análise dos perigos aos quais os referidos edifícios estão expostos, bem como estabelecer as bases para a contratação de um seguro predial adequado às necessidades da Assembleia Legislativa de Rondônia. Em um contexto marcado pela imprevisibilidade, é essencial antecipar-se aos possíveis incidentes e adotar medidas preventivas eficazes para proteger não apenas os bens materiais, mas também a continuidade das atividades legislativas e educacionais.

3.3. Portanto, este Estudo Técnico Preliminar representa o primeiro passo para a implementação de uma estratégia abrangente de gestão de riscos, visando garantir a segurança e a continuidade das operações da Assembleia Legislativa de Rondônia diante de cenários adversos e imprevistos.

4. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE ETP

4.1. A Contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato.

4.2. O procedimento para contratação de seguro predial obedecerá, integralmente, além de outras leis e normas pertinentes, aos seguintes normativos:

- LEI Nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal;
- DECRETO Nº 73, de 21/11/1966 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências;
- DECRETO Nº 61.589/67 - Retifica disposições do Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967, no que tange a capitais, ao início da cobertura do risco e emissão da apólice, à obrigação do pagamento do prêmio e da indenização e à cobrança bancária;
- Atos regulamentadores da SUSEP - Superintendência de Seguros Privados;

4.3. No que se refere ao tratamento jurídico diferenciado, de acordo com a Lei Complementar n.º 123/06, no § 4.º do seu art. 3.º, a saber:

§ 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o [art. 12 desta Lei Complementar](#), para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

(...)

VIII - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, **de seguros privados** e de capitalização ou de previdência complementar; (grifo nosso)

4.4. Deste modo, de acordo com a Lei Complementar n.º 123/06, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, empresas de seguros privados não podem se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado. Não sendo possível a instauração de um processo licitatório dirigido à contratação de microempresas ou empresas de pequeno porte exclusivamente, para este fim.

4.5. A análise de possíveis inconsistências na contratação anterior é crucial para prevenir a recorrência dessas no processo atual de contratação, garantindo a eficiência, transparência e segurança necessárias na gestão dos recursos públicos. Ao compreender as lacunas e falhas do processo anterior, podemos implementar medidas corretivas e melhores práticas que promovam uma contratação mais assertiva e alinhada com os objetivos institucionais.

4.6. Na Cláusula 2.5.4 do contrato com a seguradora anterior constava a obrigatoriedade, no caso de prorrogação do contrato, de concessão de bônus, que é o desconto no valor do prêmio, de acordo com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, desde que não tivesse havido nenhuma ocorrência de sinistro durante o período de vigência da apólice anterior, qualquer transferência de direitos ou obrigações ou qualquer interrupção no contrato de seguro.

4.7. Todavia, esse desconto somente é aplicado a seguros de automóveis, segundo a Circular SUSEP nº 306 de 2005, não sendo praticada no mercado a aplicação análoga para seguros prediais. Portanto, recomenda-se que esta determinação não conste na contratação atual.

5. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

5.1. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia instalada em sua própria Sede, tem por obrigação manter suas instalações seguras para os servidores e cidadãos que o frequentam diariamente. Visando atender o mínimo para um ambiente seguro faz-se necessário a Contratação de Empresa Especializada em Seguro Predial, para prevenção de eventuais sinistros.

5.2. O seguro proposto abrange eventos naturais, como incêndios, quedas de raios, explosões, danos elétricos e quebra de vidros e fenômenos climáticos como alagamentos e vendavais. Além disso, contempla situações de vandalismo, tumultos, roubo de bens ou furto qualificado, fornecendo uma proteção abrangente contra ameaças internas e externas que possam comprometer a integridade física e financeira dos edifícios legislativos.

5.3. A contratação do seguro contra riscos de incêndio do patrimônio mobiliário e imobiliário tem por objetivo assegurar e resguardar a integridade física dos bens imóveis e móveis da Assembleia Legislativa de Rondônia, preservando-os contra os riscos de eventuais sinistros.

5.4. O seguro predial visa proteger o patrimônio da ALE-RO, que é ativo valioso do Estado e da sociedade rondoniense. A ocorrência de sinistros, sem a devida cobertura de seguro, pode resultar em

agravo irreversível ao erário, afetando o funcionamento da instituição e gerando gastos imprevistos que poderiam ser evitados com uma apólice de seguro adequada.

5.5. A proteção ao patrimônio público é um dever da administração, e o seguro predial é uma ferramenta eficaz para garantir a preservação desse patrimônio, promovendo a continuidade das atividades legislativas e a prestação de serviços à população sem interrupções.

5.6. Do ponto de vista técnico, os edifícios da Assembleia Legislativa de Rondônia são, por sua própria natureza, compostos por um conjunto de estruturas complexas, como sistemas elétricos, hidráulicos, elevadores, equipamentos de informática, sistemas de climatização e áreas de grande circulação de pessoas. Esses fatores aumentam a vulnerabilidade a diferentes tipos de sinistros, como incêndios, sobrecargas elétricas e alagamentos, exigindo uma cobertura securitária que ofereça proteção completa a esses riscos.

5.7. O mercado de seguros prediais no Brasil oferece uma extensa variedade de serviços, com diferentes tipos de coberturas e condições contratuais. A análise mercadológica é imprescindível para garantir que a contratação atenda às necessidades particulares desta casa de leis, buscando um equilíbrio entre a amplitude das coberturas, os custos da apólice e a capacidade de atendimento da seguradora.

5.8. Diante disso, a contratação de seguro predial para os edifícios da Assembleia Legislativa de Rondônia é uma necessidade manifesta e fundamentada, que promove a proteção do patrimônio público, assegura a continuidade das atividades e atende aos interesses da administração e da sociedade. Dessa forma, a contratação de seguro predial é uma medida imprescindível para uma gestão eficiente, responsável e preventiva.

6. SETOR REQUISITANTE

- 6.1. Secretaria Geral – Arildo Lopes da Silva;
- 6.2. Secretaria de Engenharia e Arquitetura – André Luiz Gurgel do Amaral.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

7.1. Tendo em vista que o intuito do estudo é a obtenção de alternativa capaz de suprir as necessidades da ALE/RO no que tange a contratação de seguro predial, realizou-se pesquisa para levantamento dos valores patrimoniais de bens móveis e imóveis na Casa de Leis para determinação da cobertura e valor referencial do prêmio da apólice de seguro patrimonial.

7.2. As informações provenientes das avaliações dos móveis e imóveis pertencentes à Assembleia Legislativa de Rondônia foram extraídas dos laudos/relatórios atualizados de 2024 e foram compiladas na tabela a seguir:

Item	Local	Pavim.	Endereço	Área Construída (m²)	Imóvel (R\$)	Móveis (R\$)	Total (R\$)
1	Edifício sede da Assembleia Legislativa de Rondônia	15	Av. Farquar nº 2562, Bairro Olaria, CEP 76.801-189 - Porto Velho/RO	43.073,02	161.187.844,84		
						10.832.978,11	180.681.125,97

2	Edifício da Escola do Legislativo de Rondônia	1	Rua Major Amarantes nº 390, Bairro Arigolândia, CEP 76.801-911 - Porto Velho/RO	4.693,10	8.660.303,02		
---	---	---	---	----------	--------------	--	--

Tabela 01 – Tabela de avaliação dos bens móveis e imóveis

7.3. Destarte, para fins de determinação dos valores de cobertura e valor referencial para cálculo do prêmio do seguro, será utilizado o valor de **R\$ 180.681.125,97** (cento e oitenta milhões, seiscentos e oitenta e um mil, cento e vinte e cinco reais e noventa e sete centavos).

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO

8.1. O levantamento de mercado consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções ao problema constatado, visando à adequada escolha da solução técnica e economicamente viável.

8.2. Para o caso em tela, não há alternativas de soluções diferentes, uma vez que se trata de contratação de empresa para seguro predial. Desta forma, através de parâmetros para seguro predial previamente definido neste estudo, bem como pesquisa mercadológica junto às seguradoras, será selecionada a proposta mais vantajosa à Administração Pública, dentre as participantes do certame licitatório.

LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES DE OUTROS ÓRGÃOS

8.3. Foi elaborado um levantamento de informações a respeito de contratações de seguros prediais para outros órgãos da Administração Pública no Estado de Rondônia com a finalidade de se obter parâmetros entre as coberturas e informações como localização do órgão, área construída, franquias, valor de cobertura e o valor contratado do prêmio do seguro.

8.4. Contudo, cabe destacar que a contratação de seguro predial possui intrinsecamente aspectos peculiares atinentes aos imóveis, localização, riscos, coberturas, franquias, entre outros, não sendo viável estabelecer uma correlação direta de valor por metro quadrado, sendo a análise em tela tão somente para fins de amplitude de levantamento de mercado do estudo técnico preliminar. As informações supracitadas foram compiladas na tabela a seguir.

Item	Local	Endereço	Cobertura	Edifícios	Área Total (m²)	Valor Total (R\$)	Prêmio (R\$)
1	Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Rondônia	Av. Carlos Gomes, nº 501, Bairro Caiari, CEP 76.801.166 - Porto Velho/RO	Incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, danos elétricos, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, responsabilidade civil, danos, furto qualificado, roubo de bens, quebra de vidros, alagamento, inundação, fumaça e queda de aeronave.	1	378,00	250.790,91	2.695,86

2	Defensoria Pública de Rondônia	Avenida Jorge Teixeira, nº 1722, Bairro Embratel, CEP 76.820-846 - Porto Velho/RO	Incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, furacão, ciclone, tornado e granizo.	1	3.490,68	17.000.000,00	10.324,96
3	Justiça Federal de Rondônia	8 edifícios, sendo 4 em Porto Velho, 2 em Ji-Paraná, 1 em Vilhena e 1 em Guajará-Mirim	Incêndio, queda de raio, explosões, danos elétricos, ventania, granizo, alagamento e inundações.	8	Não informado	38.074.145,88	15.864,04
4	Ministério Público de Rondônia	28 edifícios, em 23 municípios diferentes do Estado de Rondônia	Incêndio, queda de raio, explosão e implosão, danos elétricos, vendaval, fumaça, responsabilidade civil, furto qualificado, roubo.	28	Não informado	134.799.533,29	40.000,00
5	Tribunal Regional do Trabalho 14ª Região	25 edifícios, em 22 municípios diferentes dos Estados de Rondônia e Acre	Incêndio, queda de raios, explosões, danos elétricos, vendaval, alagamentos, inundações, roubo, furto qualificado, fumaça, granizo e quebra de vidros.	25	30.950,57	71.774.561,19	13.700,00

Tabela 02 – Informações de contratação de outros órgãos em Rondônia

9. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

DO OBJETO

9.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro predial para cobertura dos bens móveis e imóveis contra riscos de incêndio, queda de raio, explosão e riscos diversos (alagamentos, vendaval, danos elétricos e quebra de vidros), e os decorrentes de tumultos, roubo de bens ou furto qualificado, danos ao patrimônio e responsabilidade civil dos seguintes prédios:

- Palácio Marechal Rondon, Sede da ALE/RO, sito à Av. Farquar nº 2562, Bairro Olaria, CEP 76.801-189, no município de Porto Velho, no estado de Rondônia;
- Escola do Legislativo, sito à Rua Major Amarantes nº 390, Bairro Arigolândia, CEP 76.801-911, no município de Porto Velho, no estado de Rondônia.

DO OBJETIVO

9.2. O objetivo primordial da contratação do seguro predial para a Assembleia Legislativa de Rondônia é garantir a proteção abrangente do patrimônio físico da instituição contra uma variedade de riscos imprevistos e potencialmente danosos. O seguro visa garantir a continuidade das operações legislativas, proporcionando segurança financeira e operacional em caso de ocorrências catastróficas, garantindo uma proteção ampla e integral contra diversas eventualidades que poderiam comprometer o funcionamento adequado da Assembleia Legislativa de Rondônia. Permitindo à instituição concentrar seus esforços na prestação de serviços essenciais à sociedade, sem se preocupar com os impactos adversos decorrentes de eventos imprevisíveis.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.3. Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo de seguros prediais, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões exigidos nesse ETP e no Termo de Referência.

9.4. A apólice deverá incluir, além da proteção às estruturas físicas dos edifícios, cobertura para bens móveis, como mobiliário, equipamentos eletrônicos, computadores, arquivos e outros ativos que compõem o patrimônio da Assembleia Legislativa de Rondônia.

9.5. A apólice deve apresentar de forma clara as condições gerais e específicas, definindo explicitamente os limites de cobertura, franquias, prazos para indenização e demais condições contratuais, garantindo transparência e previsibilidade à administração da ALE/RO.

9.6. A seguradora deve garantir atendimento eficiente e contínuo, com suporte disponível 24 horas para atendimento de emergências e comunicação de sinistros, incluindo canais de fácil acesso e rapidez na execução dos serviços contratados.

9.7. Todo o processo de contratação deverá seguir as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, que regulamenta as contratações públicas, observando os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e competitividade, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

9.8. As coberturas mínimas, assim como demais informações pertinentes à apólice do seguro, encontram-se pormenorizadas na Descrição da Solução como um Todo.

9.9. Esses requisitos são essenciais para garantir uma contratação que ofereça segurança e eficiência na gestão de riscos relacionados aos edifícios e bens da Assembleia Legislativa de Rondônia, assegurando a integridade do patrimônio público e a continuidade das atividades administrativas e legislativas.

DA VIGÊNCIA

9.10. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021. A prorrogação estará condicionada à comprovação da vantajosidade para a Administração Pública, desde que haja autorização da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

9.10.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

9.10.2. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação;

9.10.3. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

9.10.4. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

9.10.5. As condições e o valor do contrato permaneçam economicamente vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes;

9.10.6. A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

9.11. Toda prorrogação de contrato será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado, de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, ou outro meio que possa

comprovar a vantajosidade do contrato a fim de assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, em relação à realização de uma nova licitação.

9.12. O contrato não poderá ser prorrogado quando:

9.12.1 A CONTRATADA tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União, Estado ou do próprio órgão contratante, enquanto perdurarem os efeitos;

9.12.2 CONTRATADA não mantiver, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.13. Prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

9.14. O prazo de vigência contratual será contado a partir da sua assinatura.

DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E REGIME DE EXECUÇÃO

9.15. Trata-se de serviço comum, continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

9.16. A definição de serviço continuado atende à jurisprudência do TCU conforme Acórdão nº 600/2015, por tratar-se de seguro predial.

9.17. O objeto será realizado por execução indireta, sob o regime de **Empreitada por Preço Global**, nos termos do art. 6º da Lei nº 14.133/2021:

“XXIX - empreitada por preço global: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total;”

9.18. Em observância ao item 9.1.3 do Acórdão n. 1.977/2013/TCU, temos que:

“A empreitada por preço global, em regra, em razão de a liquidação de despesas não envolver, necessariamente, a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, nos termos do art. 6º, inciso VIII, alínea 'a', da Lei 8.666/93, deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual; enquanto que a empreitada por preço unitário deve ser preferida nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam uma imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, como são os casos de reformas de edificação, obras com grandes movimentações de terra e interferências, obras de manutenção rodoviária, dentre outras;” (destaque nosso).

DO REAJUSTE

9.19. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de 12 (doze) meses contado da data limite para a apresentação das propostas.

9.20. O reajuste está condicionado à análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no edital com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado.

9.21. Em caso de paralisação ou aditamento de prazo, devidamente justificado, ter-se-á que os preços dos serviços objeto do contrato, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite da apresentação da proposta de preços pela licitante ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumulado em 12 (doze) meses.

9.22. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgada o índice definitivo.

9.23. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

9.24. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.25. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.26. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da empresa contratada. Caso a empresa contratada não solicite tempestivamente o reajuste, ocorrerá a preclusão do direito. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

9.27. Comprovar aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto deste termo de referência, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.28. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) Comprove(m) aptidão para desempenho dos serviços no quantitativo de 50% do total a ser contratado, podendo ser admitida a apresentação de mais de um atestado e/ou declaração, nos termos do art. 67, § 2º, da Lei n. 14.133/2021.

9.29. Apresentar Certidão de Regularidade junto à SUSEP - Superintendência de Seguros Privados.

9.30. A licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) solicitado(s), apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato, que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, para verificações por parte desta Assembleia.

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

10.1. Tendo em vista os elementos que nortearam o presente estudo, o valor total a ser utilizado para determinação da cobertura e valor referencial do prêmio da apólice de seguro patrimonial é de R\$ **180.681.125,97** (cento e oitenta milhões, seiscentos e oitenta e um mil, cento e vinte e cinco reais e noventa e sete centavos).

10.2. Desse valor, **R\$ 161.187.844,84** (cento e sessenta e um milhões, cento e oitenta e sete mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos) correspondem ao imóvel do Edifício-sede (Processo SEI nº 100.012.000197/2023-97) , **R\$ 8.660.303,02** (oito milhões, seiscentos e sessenta mil, trezentos e três reais e dois centavos) ao imóvel da Escola do Legislativo (Processo SEI nº 100.282.000034/2024-13) e **R\$ 10.832.978,11** (dez milhões, oitocentos e trinta e dois mil, novecentos e setenta e oito reais e onze centavos) aos bens móveis totais dos dois edifícios (Processo SEI nº 100.241.000024/2024-56).

10.3. O seguro consiste na garantia de pagamento de indenização por danos ou prejuízos ao Edifício-sede da ALE/RO e da Escola do Legislativo e deverá compreender as seguintes coberturas: incêndio, queda de raio, explosão e riscos diversos (alagamentos, vendaval, danos elétricos e quebra de vidros), e os decorrentes de tumultos, roubo de bens ou furto qualificado, danos ao patrimônio e responsabilidade civil.

10.4. O seguro predial a ser contratado pela Assembleia Legislativa de Rondônia deverá conter as seguintes coberturas mínimas:

- a)** Incêndio, Explosão, Fumaça, queda de raio e Queda de Aeronave;
- b)** Danos Elétricos;
- c)** Quebra de Vidro;
- d)** Anúncios Luminosos;
- e)** Derrame e Vazamento de Água;
- f)** Equipamentos Móveis e Movimentação Interna;
- g)** Equipamentos Estacionários;
- h)** Impacto de Veículos;
- i)** Vazamento de Tanques ou Tubulações;

j) Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado e Queda de Granizo;

k) Responsabilidade Civil;

l) Responsabilidade Civil Garagista Simples.

Edifício Sede Principal - Assembleia Legislativa de Rondônia (15 pavimentos)				
Ordem	Cobertura	Limite Requerido de Indenização - LMI (R\$)	LMI (%)	Limite de Franquia Estipulado
1	INCÊNDIO, EXPLOSÃO, FUMAÇA, QUEDA DE RAIOS E QUEDA DE AERONAVE	161.187.844,84	100,00%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 5.000,00.
2	DANOS ELÉTRICOS	33.365.883,88	20,70%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.000,00.
3	QUEBRA DE VIDROS	2.901.381,21	1,80%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 500,00.
4	ANÚNCIOS LUMINOSOS	483.563,53	0,30%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 500,00
5	DERRAME E VAZAMENTO DE ÁGUA	2.417.817,67	1,50%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.000,00.
6	EQUIPAMENTOS MÓVEIS E MOVIMENTAÇÃO INTERNA	805.939,22	0,50%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.500,00.
7	EQUIPAMENTOS ESTACIONÁRIOS	2.095.441,98	1,30%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.500,00.
8	IMPACTO DE VEÍCULOS	1.289.502,76	0,80%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.500,00
9	VAZAMENTO DE TANQUES OU TUBULAÇÕES	1.128.314,91	0,70%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.000,00.
10	VENDAVAL, FURACÃO, CICLONE, TORNADO E QUEDA DE GRANIZO	13.700.966,81	8,50%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 2.500,00.
11	RESPONSABILIDADE CIVIL	3.223.756,90	2,00%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 2.000,00.

12	RESPONSABILIDADE CIVIL GARAGISTA SIMPLES - 856 VAGAS ESTACIONAMENTO	1.289.502,76	0,80%	Por veículo sinistrado - 10% das indenizações com o valor mínimo discriminado: Veículo Nacional = R\$ 1.200,00, Veículo Importado = R\$ 2.500,00, Veículo Blindado = R\$ 3.000,00 e Moto/Bicicleta = R\$ 350,00.
----	---	--------------	-------	--

Tabela 03 – Coberturas seguro predial do Edifício sede da ALE/RO

Edifício Sede - Escola do Legislativo de Rondônia (1 pavimento)				
Ordem	Cobertura	Limite Requerido de Indenização - LMI (R\$)	LMI (%)	Limite de Franquia Estipulado
1	INCÊNDIO, EXPLOSÃO, FUMAÇA, QUEDA DE RAIOS E QUEDA DE AERONAVE	8.660.303,02	100,00%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 5.000,00.
2	DANOS ELÉTRICOS	1.792.682,73	20,70%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.000,00.
3	QUEBRA DE VIDROS	155.885,45	1,80%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 500,00.
4	ANÚNCIOS LUMINOSOS	25.980,91	0,30%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 500,00
5	DERRAME E VAZAMENTO DE ÁGUA	129.904,55	1,50%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.000,00.
6	EQUIPAMENTOS MÓVEIS E MOVIMENTAÇÃO INTERNA	43.301,52	0,50%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.500,00.
7	EQUIPAMENTOS ESTACIONÁRIOS	112.583,94	1,30%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.500,00.
8	IMPACTO DE VEÍCULOS	69.282,42	0,80%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.500,00
9	VAZAMENTO DE TANQUES OU TUBULAÇÕES	60.622,12	0,70%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.000,00.
10	VENDAVAL, FURACÃO, CICLONE, TORNADO E QUEDA DE GRANIZO	736.125,76	8,50%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 2.500,00.
11	RESPONSABILIDADE CIVIL	173.206,06	2,00%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 2.000,00.

12	RESPONSABILIDADE CIVIL GARAGISTA SIMPLES - 42 VAGAS ESTACIONAMENTO	69.282,42	0,80%	Por veículo sinistrado - 10% das indenizações com o valor mínimo discriminado: Veículo Nacional = R\$ 1.200,00, Veículo Importado = R\$ 2.500,00, Veículo Blindado = R\$ 3.000,00 e Moto/Bicicleta = R\$ 350,00.
----	--	-----------	-------	---

Tabela 04 – Coberturas seguro predial do Edifício da Escola do Legislativo

10.5. O edifício sede da ALE/RO possui capacidade para 856 vagas de estacionamento, enquanto que a Escola do Legislativo possui capacidade de 42 vagas de estacionamento.

10.6. As instalações, bens, itens e respectivos valores estão sujeitos a eventuais alterações em razão de novas aquisições, reformas, alterações de layout ou desfazimento durante o período da cobertura.

10.7. Os bens adquiridos após a assinatura do contrato serão considerados cobertos pela apólice, sem ônus adicional para a contratante.

10.8. Na ocorrência de sinistro, os valores a serem regularmente ressarcidos devem ser apurados com base nos dados das respectivas fichas patrimoniais dos bens, em notas fiscais e no respectivo valor de mercado, conforme previsto na legislação de regência.

10.9. Na hipótese de sinistro decorrente de risco simultaneamente amparado por várias coberturas, prevalecerá aquela que for mais favorável à Contratante, a seu critério, não sendo admitida, em hipótese alguma, a acumulação de coberturas e seus respectivos limites máximos de indenização contratados.

10.10. Os eventuais desembolsos efetuados pela ALE/RO, decorrentes de Despesas de Salvamento durante e/ou após a ocorrência do sinistro e os valores referentes aos danos materiais comprovadamente causados pela Contratante e/ou terceiros, com objetivo de evitar o sinistro, minorar o dano, ou salvaguardar o bem, também estão garantidos pelo presente seguro, limitados, porém, ao limite máximo de indenização da cobertura afetada pelo sinistro, quando não contratada cobertura específica.

10.11. O prejuízo total relativo a qualquer sinistro amparado por cobertura de responsabilidade civil, cuja indenização esteja sujeita às disposições deste processo, será constituído pela soma das seguintes parcelas:

10.11.1. despesas, comprovadamente, efetuadas pelo segurado durante e/ou após a ocorrência de danos a terceiros, com o objetivo de reduzir sua responsabilidade;

10.11.2. valores das reparações estabelecidas em sentença judicial transitada em julgado e/ou por acordo entre as partes, nesta última hipótese com a anuência expressa das sociedades seguradoras envolvidas.

10.12. De maneira análoga, o prejuízo total relativo a qualquer sinistro amparado pelas demais coberturas será constituído pela soma das seguintes parcelas:

10.12.1. despesas de salvamento, comprovadamente, efetuadas pelo segurado durante e/ou após a ocorrência do sinistro;

10.12.2. valor referente aos danos materiais, comprovadamente, causados pelo segurado e/ou por terceiros na tentativa de minorar o dano ou salvar a coisa;

10.12.3. danos sofridos pelos bens segurados, o consolidado apresentado, com limite máximo de garantia a ser contratado na forma de risco.

10.13. A cobertura por seguro destina-se aos bens elencados no Relatório de patrimônio da ALE/RO.

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA CONTRATADO

10.14. A forma do limite máximo de garantia a ser contratado é a forma como será calculada o valor da

indenização do seguro em caso de sinistro. Segundo a SUSEP – Superintendência de Seguros Privados (autarquia responsável pela autorização, controle e fiscalização dos mercados de seguros no Brasil), o limite máximo de garantia pode ser contratado sob três formas: **Risco Absoluto; Risco Relativo; e Risco Total**.

10.15. Na contratação por **risco absoluto**, o segurador responde pelos prejuízos, integralmente, até o montante do limite máximo de garantia, deduzidas eventuais franquias. Não havendo, em hipótese alguma, aplicação de cláusula de rateio (condição contratual que prevê a possibilidade de o segurado assumir uma proporção da indenização do seguro quando o valor em risco declarado for inferior ao valor em risco apurado no momento do sinistro).

10.16. A contratação por **risco relativo** é, normalmente, utilizada sempre que houver a probabilidade de qualquer bem do segurado, num determinado local, ser atingido por um mesmo evento, sem que o dano seja total. Nesse tipo de contratação o segurado declara, no momento da contratação, o valor em risco dos bens (valor em risco declarado – VRD). No momento do sinistro, é apurado o valor em risco dos bens (valor em risco apurado – VRA). Se esse valor for superior ao valor em risco declarado, haverá aplicação da cláusula de rateio e a indenização será reduzida na proporção da diferença entre o prêmio pago e aquele que seria efetivamente devido, conforme fórmula abaixo:

$$\text{Indenização} = \frac{VRD}{VRA} \times \text{Prejuízo} \quad \text{OU} \quad \text{Indenização} = \frac{\text{Prêmio Pago}}{\text{Prêmio Devido}} \times \text{Prejuízo}$$

10.17. Por outro lado, na contratação por **risco total** é possível conhecer o valor dos bens expostos ao risco, estabelecendo-se esse valor como montante do limite máximo de garantia (LMG), que é fixado pelo segurado. Assim, esse montante será igual ao valor atual do bem, ou múltiplo deste. Na ocorrência do sinistro, quando esse LMG é compatível com o valor apurado naquele momento, a seguradora arca sozinha com o prejuízo até o limite máximo de indenização, ou seja, não será aplicada cláusula de rateio. Porém, se, na data do sinistro, for constatado que o valor do objeto é superior ao valor segurado (LMG < VRA) haverá rateio da seguinte forma:

$$\text{Indenização} = \frac{LMG}{VRA} \times \text{Prejuízo}$$

10.18. No que concerne às formas de contratações possíveis, conforme apontado por e-mail (ID nº 0243446), para unicamente a forma de primeiro risco absoluto, as seguradoras não aceitam laudos de avaliação confeccionados por órgãos públicos, mas tão somente por empresas especializadas em avaliação patrimonial. Logo, para a cobertura básica deste tipo de risco não seriam aceitos pelas seguradoras os laudos elaborados pela SEPAT/RO, sendo cobertos por risco absoluto apenas as coberturas adicionais. Em relação ao risco total, também foi informado não ser prática do mercado a operação desta forma de contratação.

10.19. Ademais, conforme esclarecimentos apontados na Justificativa nº 0265636/2024-ALE/SCL/DEP-COMP (ID nº 0265636), há poucas empresas interessadas na participação de certames licitatórios desta natureza (considerando-se os riscos, valores dos bens, franquias etc), desta forma, os tipos de contratações tornam-se limitados e restritos.

10.20. Conforme Despacho nº 0265640/2024-ALE/SCL/DEP-COMP (ID nº 0265640) as empresas forneceram propostas com o mesmo tipo de risco e coberturas, uma vez que, segundo as empresas, não são praticados no mercado os demais tipos solicitados pela SEAR.

10.21. Por todo exposto, tendo em vista o histórico de contratação anterior e as peculiaridades apontadas pelo setor especializado pelas cotações desta Casa de Leis, entende-se que somente será possível a contratação do limite máximo de garantia na forma de risco relativo de cobertura básica e risco absoluto para demais coberturas.

LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E INFORMAÇÕES GERAIS

10.22. A contratação do seguro será para cobertura do Edifício-Sede da ALE-RO, localizado na Av. Farquar, Nº 2562, Bairro Olaria, CEP 76801-189, Porto Velho – RO, e da Escola do Legislativo, localizada na Rua Major Amarantes, Nº 390, Bairro Arigolândia, CEP 76.801-911, Porto Velho – RO, com as seguintes áreas:

a) Área do terreno – Edifício sede: **21.017,69 m²**;

- b) Área construída – Edifício sede: **43.073,02 m²**;
- c) Área do terreno – Escola do Legislativo: **7.230,33 m²**;
- d) Área construída – Escola do Legislativo: **4.693,10 m²**.

INFORMAÇÕES PARA FINS DE SEGURO

10.23. A edificação do edifício sede da Assembleia Legislativa foi erguida com estrutura em concreto armado, fundações em sapata isolada, lajes nervuradas e alvenaria de vedação em bloco estrutural de 1 vez e cobertura em estrutura metálica com telhas do tipo sanduíche isotérmicas. As esquadrias são em alumínio com pintura eletrostática, a fachada é de ACM e pele em vidro laminado 10mm e os acabamentos de paredes são em reboco, emassamento texturizado com pintura látex acrílica, forros modulados, pisos em granilite e piso vinílico em régua.

10.24. A edificação do imóvel da Escola do Legislativo tem fundações do tipo sapata isolada em concreto armado, estrutura em concreto armado, piso de em revestimento cerâmico e granito, cobertura em estrutura convencional de madeira com telhas metálicas e de fibrocimento de 5mm, vedação em alvenarias de tijolo cerâmico de 1/2 vez. As esquadrias são em ferro pintadas com tinta prime acabamento e em vidro temperado 8mm. Os acabamentos de paredes são em reboco, emassamento texturizado com pintura látex acrílica, forros de PVC, madeira e gesso acartonado.

EQUIPAMENTOS PROTECIONISTAS EXISTENTES

10.25. A edificação é atendida por rede de hidrantes e extintores, incluindo equipamentos de segurança novos e completos (mangueiras, extintores, central de incêndio e acionadores manuais, sensores ópticos de fumaça etc).

Foram seguidas as Instruções Técnicas – IT do Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia e a NBR 9077/2001.

10.26. Os imóveis a serem segurados contam com os seguintes elementos de segurança:

Edifício sede da ALE/RO

- a) Sistema de Vigilância Eletrônica;
- b) Portas Automáticas, detector de metais, catracas (duas) e raio X;
- c) Guarita de acesso para servidores e veículos.

Prédio da Escola do Legislativo

- a) Sistema de Vigilância Eletrônica;
- b) Guaritas com um vigilante cada que controlam a entrada e saída dos veículos.

DA APÓLICE E DA INDENIZAÇÃO

10.27. A Contratada deverá emitir e entregar a apólice de seguro **no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos**, contados a partir do primeiro dia útil após a data da última assinatura do contrato, garantindo o pagamento de indenização aos segurados ou a seus beneficiários até o valor das importâncias seguradas, de acordo com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

10.28. A apólice terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir das 24:00h (vinte e quatro horas) do dia da sua emissão e término às 24:00h (vinte e quatro horas) do último dia de sua vigência, conforme art. 5º da Circular SUSEP n. 251, de 15 de abril de 2004.

10.29. A Apólice de Seguro deverá conter no mínimo: a discriminação do(s) imóvel(is) coberto(s) pelo seguro; o valor do prêmio por item e sua totalização; e a discriminação dos danos indenizáveis e dos direitos do segurado.

10.30. A Contratada deverá promover a qualquer tempo, em prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da comunicação por esta Assembleia Legislativa, alteração na apólice quando ocorrer aquisições ou troca dos bens (móveis e equipamentos) segurados, a critério da Assembleia Legislativa, adstrita ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento), previsto no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.31. Na ocorrência do sinistro a Assembleia Legislativa acionará a Contratada, devendo esta designar o perito para comparecimento e realização da perícia no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas), contadas a partir da notificação do sinistro. A Contratada deverá efetuar a indenização, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento do aviso de sinistro e apresentação dos respectivos documentos pela Assembleia Legislativa.

10.32. A apólice de seguro deverá ser entregue na Secretaria Geral da Assembleia Legislativa, na Avenida Farquar, nº 2562 – 4º andar.

10.33. A Contratada deverá fornecer manual ou documento equivalente contendo informações relativas ao funcionamento do seguro e normas de atendimentos especificando detalhadamente cada tipo de serviço à disposição.

10.34. Em caso de sinistro de uma das hipóteses envolvendo o bem segurado, o pagamento da indenização deverá ser feito pelo seu respectivo valor de novo, ou seja, o custo necessário de reconstrução do imóvel idêntico na data e local do sinistro.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. Para estimativa do valor da contratação, foram estabelecidos pela administração os valores e parâmetros mínimos de cobertura do seguro a ser contratado sendo elaboradas cotações de preços pelo setor competente.

11.2. O custo global estimado da contratação é de **R\$ 178.631,16 (cento e setenta e oito mil, seiscentos e trinta e um reais e dezesseis centavos)** conforme Quadro estimativo nº 47/2024 (ID nº 0310808) e Justificativa nº 0313430/2024-ALE/SCL/DEP-COMP (ID 0313430)

12. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

12.1. A nova legislação de licitações preconiza a busca pela eficiência nas contratações públicas. A decisão de não fragmentar a contratação em múltiplos lotes, optando por contratar uma única empresa para a prestação dos serviços de seguro predial para os edifícios da ALE/RO, está alinhada com as diretrizes estabelecidas pela nova Lei de Licitações, a Lei nº 14.133/2021, que busca promover a eficiência e a simplificação dos processos licitatórios.

12.2. De acordo com o Art. 47 da Lei nº 14.133/2021, no que diz respeito ao parcelamento da contratação:

“Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

(...)

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.”

12.3. No caso em análise, o parcelamento prejudicaria o controle sobre a execução do objeto licitado, assim como reduziria a eficiência com os custos administrativos e celeridade processual. No caso de ocorrer parcelamento da contratação, tendo em vista a existência de 02 edificações a serem cobertas por seguro, haveriam dois seguros prediais, resultando em dois contratos/processos distintos e duas equipes de fiscalização/gestão, além da perda de economia de escala, proporcionando maiores dispêndios financeiros à Administração Pública.

12.4. Conforme entendimento do TCU, há legitimidade da reunião de elementos de mesma característica, quando possa a adjudicação de itens isolados vir a onerar “o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, de sorte que poderia colocar em risco a economia de escala e a celeridade processual, comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração”. (Acórdão 5.301/2013 - 2ª Câmara).

12.5. Ainda, segundo o Acórdão 861/2013 - Plenário, extrai-se que “lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação” e “O aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública”.

12.6. Quanto ao aspecto competitivo, a opção pelo não parcelamento se mostra tecnicamente viável e não tem a finalidade de reduzir a concorrência ou disputa do certame, visando, tão somente, assegurar que apenas a execução do objeto seja cumprida por uma única gestão/gerência. O agrupamento dos itens especificados em um único lote propiciará à Administração a gestão de apenas uma apólice de seguro de bens móveis e imóveis, diminuindo, dessa forma, o custo administrativo de todo o processo de contratação, maximizando a eficiência da gestão dos recursos públicos.

12.7. De acordo com a Decisão 400/1995 do Tribunal de Contas da União (TCU), a contratação deverá ser efetivada diretamente com empresa seguradora, não sendo permitida a apresentação de proposta através de corretora de seguros. Dessa forma, pelo fato do número que empresas concorrentes ser naturalmente limitado, o não parcelamento do objeto não ofenderia a competitividade.

12.8. Assim, do ponto de vista técnico, o não parcelamento do objeto proporciona melhor andamento à execução do objeto, posto que o gerenciamento permanece a cargo de um único administrador, já que:

- Permite o maior nível de planejamento, racionalização e controle pela Administração, facilitando a apuração de responsabilidades;
- Favorece a harmonia no funcionamento do ambiente operacional;
- Reduz possíveis entraves advindos de contratações múltiplas.

13. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

13.1. No que tange à conservação do patrimônio público, a contratação do seguro predial para a Assembleia Legislativa de Rondônia desempenha um papel crucial na conservação do seu patrimônio físico. Ao garantir uma cobertura abrangente contra uma variedade de riscos, o seguro protege as instalações legislativas de danos materiais significativos. Isso resulta na preservação das estruturas físicas, equipamentos e demais ativos da instituição, garantindo que permaneçam em condições adequadas de funcionamento ao longo do tempo.

13.2. No aspecto de economicidade, além de contribuir para a conservação do patrimônio, a contratação do seguro predial também promove a economicidade na gestão financeira da Assembleia Legislativa. Embora o custo associado ao pagamento dos prêmios de seguro possa ser percebido como um investimento inicial, ele se traduz em economia a longo prazo.

13.3. Isso ocorre porque, em caso de sinistro, os custos de reparação ou reconstrução das instalações danificadas são cobertos pelo seguro, minimizando assim os gastos financeiros imprevistos que poderiam surgir. Dessa forma, o seguro predial ajuda a garantir a estabilidade financeira da instituição, ao mesmo tempo em que permite a alocação eficiente de recursos para outras áreas prioritárias.

13.4. Além disso, outra vantagem econômica da contratação está inerente ao próprio arcabouço do processo licitatório, haja vista que ocorrerá disputa de preços entre os concorrentes, resultando, via de regra, em propostas mais viáveis ao interesse público.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

14.1. No intuito de concretizar a execução do futuro contrato conforme os ditames legais, e de perseguir o princípio administrativo da eficiência, recomenda-se que sejam adotadas as seguintes medidas:

- Nomeação de Gestor e Fiscais do contrato, assim como a realização de sua qualificação e treinamento prévio a fim de esclarecer seus deveres e atribuições legais, para assegurar a adequada execução do termo contratual;
- Atendimento às normas de segurança no âmbito da ALE/RO, assegurando-se a recarga de extintores de incêndio, implantação de brigada de incêndio, realização de testes, ensaios e análises nos sistemas, aparelhos e equipamentos de prevenção e combate a incêndio.

15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

15.1. Dentre as contratações correlatas destacam-se a contratação de empresa especializada na recarga de extintores de incêndio (Processo SEI nº 100.172.000019/2023-23), contratação de empresa especializada em brigada de incêndio (Processo SEI nº 100.024.000006/2023-58), contratação de empresa especializada na manutenção predial (Processo SEI nº 100.024.000003/2023-14), contratação de empresa especializada em vigilância (Processo SEI nº 100.021.000068/2023-90).

16. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

16.1. A necessidade da presente contratação encontra-se respaldada pelo Plano Anual de Contratações, Processo SEI nº 100.017.000004/2024-39, (ID nº 0204761).

16.2. Conforme Dotação Orçamentária (ID nº 0274059):

16.2.1. Programa de Trabalho: 01.001.01.122.1006.2406 - Fortalecer a Estrutura do Poder Legislativo.

16.2.2. Natureza de Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica.

16.2.3. Fonte de Recurso: 1500 - Recursos não Vinculados de Impostos.

17. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

17.1. A contratação de empresa especializada em seguro predial para o edifício-sede da ALE/RO e para a Escola do Legislativo possui natureza administrativa e de gestão, por isso não causam impactos ambientais. Tendo em vista que os documentos gerados pelo processo serão tramitados pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI), em regra, não haverá utilização de papel para impressão de documentos.

18. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

18.1. O presente estudo técnico preliminar evidencia que a contratação da solução descrita no item "LEVANTAMENTO DE MERCADO" se mostra tecnicamente viável e fundamentadamente necessária.

Diante do exposto, demonstra-se que a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro predial para cobertura dos bens móveis e imóveis é considerada a solução mais adequada para as necessidades atuais da casa.

18.2. É necessário frisar que o presente estudo tem como princípio elementar a adoção de critérios técnicos, de forma que proporcione à ALE-RO a execução das melhores práticas existentes e uma gestão responsável por meio dos mecanismos que se pretende implantar com esta contratação, atendendo, dessa forma, ao princípio da supremacia do interesse público.

19. LISTA DE ANEXOS

19.1. Integram este Estudo Técnico Preliminar os seguintes anexos:

- Anexo I – Matriz de Risco (ID nº 0340226);

20. RESPONSÁVEIS

Porto Velho, 19 de dezembro de 2024.

Ítalo Ferreira Pimentel
Assistente Legislativo – Técnico em Edificações

De acordo:

Engº André Luiz Gurgel do Amaral
Secretário de Engenharia e Arquitetura.
ALE/RO



Documento assinado eletronicamente por **Ítalo Ferreira Pimentel, Assistente Técnico Legislativo**, em 14/01/2025, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Gurgel do Amaral, Secretário de Engenharia e Arquitetura**, em 14/01/2025, às 12:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.al.ro.leg.br/validar>, informando o código verificador **0340175** e o código CRC **03D01D02**.

Referência: Processo nº 100.241.000035/2024-36

SEI nº 0340175

Av. Farquar, 2562 - Bairro Arigolândia - CEP 76801-189 - Porto Velho/RO
Site www.al.ro.leg.br

Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia - ALE/RO

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 0340229/2024-ALE/SEC-ENG-ARQ/DEP-ENG

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo SEI nº 100.241.000035/2024-36

1. INTRODUÇÃO

1.1. A preservação do patrimônio mobiliário e imobiliário é uma prioridade fundamental para qualquer instituição e a Assembleia Legislativa de Rondônia não está isenta dessa responsabilidade. Diante da importância do Edifício-sede e da Escola do Legislativo como pilares essenciais para o funcionamento do Legislativo estadual, torna-se imprescindível adotar medidas proativas para garantir sua proteção contra uma variedade de riscos potenciais.

1.2. O presente Termo de Referência visa conduzir uma análise dos perigos aos quais os referidos edifícios estão expostos, bem como estabelecer as bases para a contratação de um seguro predial adequado às necessidades da Assembleia Legislativa de Rondônia. Em um contexto marcado pela imprevisibilidade, é essencial antecipar-se aos possíveis incidentes e adotar medidas preventivas eficazes para proteger não apenas os bens materiais, mas também a continuidade das atividades legislativas e educacionais.

1.3. Portanto, este Termo de Referência representa o primeiro passo para a implementação de uma estratégia abrangente de gestão de riscos, visando garantir a segurança e a continuidade das operações da Assembleia Legislativa de Rondônia diante de cenários adversos e imprevistos.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

OBJETO

2.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro predial para cobertura dos bens móveis e imóveis contra riscos de incêndio, queda de raio, explosão e riscos diversos (alagamentos, vendaval, danos elétricos e quebra de vidros), e os decorrentes de tumultos, roubo de bens ou furto qualificado, danos ao patrimônio e responsabilidade civil.

NATUREZA DOS SERVIÇOS

2.2. De acordo com a Lei nº 14.133 de 2021, o serviço se caracteriza em sua predominância como serviço comum, continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

VIGÊNCIA CONTRATUAL

2.3. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021. A prorrogação estará condicionada à comprovação da vantajosidade para a Administração Pública, desde que haja autorização da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.3.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.3.2. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação;

2.3.3. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.3.4. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

2.3.5. As condições e o valor do contrato permaneçam economicamente vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes;

2.3.6. A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

2.4. Toda prorrogação de contrato será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado, de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, ou outro meio que possa comprovar a vantajosidade do contrato a fim de assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, em relação à realização de uma nova licitação.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando:

2.6. A CONTRATADA tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União, Estado ou do próprio órgão contratante, enquanto perdurarem os efeitos;

2.7. CONTRATADA não mantiver, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

2.8. Prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo;

2.9. O prazo de vigência contratual será contado a partir da sua assinatura.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia instalada em sua própria Sede tem por obrigação manter suas instalações seguras para os servidores e cidadãos que o frequentam diariamente. Visando atender o mínimo para um ambiente seguro faz-se necessária a Contratação de Empresa Especializada em Seguro Predial, para prevenção de eventuais sinistros.

3.2. O seguro proposto abrange eventos naturais, como incêndios, quedas de raios, explosões, danos elétricos e quebra de vidros e fenômenos

climáticos como alagamentos e vendavais. Além disso, contempla situações de vandalismo, tumultos, roubo de bens ou furto qualificado, fornecendo uma proteção abrangente contra ameaças internas e externas que possam comprometer a integridade física e financeira dos edifícios legislativos.

3.3. A contratação do seguro contra riscos de incêndio do patrimônio mobiliário e imobiliário tem por objetivo assegurar e resguardar a integridade física dos bens imóveis e móveis da Assembleia Legislativa de Rondônia, preservando-os contra os riscos de eventuais sinistros.

3.4. O seguro predial visa proteger o patrimônio da ALE-RO, que é ativo valioso do Estado e da sociedade rondoniense. A ocorrência de sinistros, sem a devida cobertura de seguro, pode resultar em agravo irreversível ao erário, afetando o funcionamento da instituição e gerando gastos imprevistos que poderiam ser evitados com uma apólice de seguro adequada.

3.5. A proteção ao patrimônio público é um dever da administração, e o seguro predial é uma ferramenta eficaz para garantir a preservação desse patrimônio, promovendo a continuidade das atividades legislativas e a prestação de serviços à população sem interrupções.

3.6. Do ponto de vista técnico, os edifícios da Assembleia Legislativa de Rondônia são, por sua própria natureza, compostos por um conjunto de estruturas complexas, como sistemas elétricos, hidráulicos, elevadores, equipamentos de informática, sistemas de climatização e áreas de grande circulação de pessoas. Esses fatores aumentam a vulnerabilidade a diferentes tipos de sinistros, como incêndios, sobrecargas elétricas e alagamentos, exigindo uma cobertura securitária que ofereça proteção completa a esses riscos.

3.7. O mercado de seguros prediais no Brasil oferece uma extensa variedade de serviços, com diferentes tipos de coberturas e condições contratuais. A análise mercadológica é imprescindível para garantir que a contratação atenda às necessidades particulares desta casa de leis, buscando um equilíbrio entre a amplitude das coberturas, os custos da apólice e a capacidade de atendimento da seguradora.

3.8. Diante disso, a contratação de seguro predial para os edifícios da Assembleia Legislativa de Rondônia é uma necessidade manifesta e fundamentada, que promove a proteção do patrimônio público, assegura a continuidade das atividades e atende aos interesses da administração e da sociedade. Dessa forma, a contratação de seguro predial é uma medida imprescindível para uma gestão eficiente, responsável e preventiva.

3.9. Portanto, o objetivo primordial da contratação do seguro predial para a Assembleia Legislativa de Rondônia é garantir a proteção abrangente do patrimônio físico da instituição contra uma variedade de riscos imprevistos e potencialmente danosos. O seguro visa garantir a continuidade das operações legislativas, proporcionando segurança financeira e operacional em caso de ocorrências catastróficas, garantindo uma proteção ampla e integral contra diversas eventualidades que poderiam comprometer o funcionamento adequado da Assembleia Legislativa de Rondônia. Permitindo à instituição concentrar seus esforços na prestação de serviços essenciais à sociedade, sem se preocupar com os impactos adversos decorrentes de eventos imprevisíveis.

3.10. Por fim, vale informar que o objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, no processo eletrônico SEI nº 100.017.000004/2024-39, Planilha Sintética (ID nº 0204761), Grupo 2 – Contratação de Serviços, Item 37.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ID 0279109).

5. DA APÓLICE E DA INDENIZAÇÃO

5.1. A Contratada deverá emitir e entregar a apólice de seguro **no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos**, contados a partir do primeiro dia útil após a data da assinatura do contrato, garantindo o pagamento de indenização aos segurados ou a seus beneficiários até o valor das importâncias seguradas, de acordo com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

5.2. A apólice terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir das 24:00h (vinte e quatro horas) do dia da sua emissão e término às 24:00h (vinte e quatro horas) do último dia de sua vigência, conforme art. 5º da Circular SUSEP n. 251, de 15 de abril de 2004.

5.3. A Apólice de Seguro deverá conter no mínimo: a discriminação do(s) imóvel(is) coberto(s) pelo seguro; o valor do prêmio por item e sua totalização; e a discriminação dos danos indenizáveis e dos direitos do segurado.

5.4. A Contratada deverá promover a qualquer tempo, em prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da comunicação por esta Assembleia Legislativa, alteração na apólice quando ocorrer aquisições ou troca dos bens (móveis e equipamentos) segurados, a critério da Assembleia Legislativa, adstrita ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento), previsto no art. 125 da Lei Federal n. 14.133/2021.

5.5. Na ocorrência do sinistro a Assembleia Legislativa acionará a Contratada, devendo esta designar o perito para comparecimento e realização da perícia no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas), contadas a partir da notificação do sinistro. A Contratada deverá efetuar a indenização, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento do aviso de sinistro e apresentação dos respectivos documentos pela Assembleia Legislativa.

5.6. A apólice de seguro deverá ser entregue na Secretaria Geral da Assembleia Legislativa, na Avenida Farquar, nº 2562 – 4º andar.

5.7. A Contratada deverá fornecer manual ou documento equivalente contendo informações relativas ao funcionamento do seguro e normas de atendimentos especificando detalhadamente cada tipo de serviço à disposição.

5.8. Em caso de sinistro de uma das hipóteses envolvendo o bem segurado, o pagamento da indenização deverá ser feito pelo seu respectivo valor de novo, ou seja, o custo necessário de reconstrução do imóvel idêntico na data e local do sinistro.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo de seguros prediais, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões exigidos nesse ETP e no Termo de Referência.

6.2. A apólice deverá incluir, além da proteção às estruturas físicas dos edifícios, cobertura para bens móveis, como mobiliário, equipamentos eletrônicos, computadores, arquivos e outros ativos que compõem o patrimônio da Assembleia Legislativa de Rondônia.

6.3. A apólice deve apresentar de forma clara as condições gerais e específicas, definindo explicitamente os limites de cobertura, franquias, prazos para indenização e demais condições contratuais, garantindo transparência e previsibilidade à administração da ALE/RO.

6.4. A seguradora deve garantir atendimento eficiente e contínuo, com suporte disponível 24 horas para atendimento de emergências e comunicação de sinistros, incluindo canais de fácil acesso e rapidez na execução dos serviços contratados.

6.5. Todo o processo de contratação deverá seguir as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, que regulamenta as contratações públicas, observando os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e competitividade, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

6.6. As coberturas mínimas, assim como demais informações pertinentes à apólice do seguro, encontram-se pormenorizadas na Descrição da

Solução como um Todo.

6.7. Esses requisitos são essenciais para garantir uma contratação que ofereça segurança e eficiência na gestão de riscos relacionados aos edifícios e bens da Assembleia Legislativa de Rondônia, assegurando a integridade do patrimônio público e a continuidade das atividades administrativas e legislativas.

SUSTENTABILIDADE

6.8. Os critérios de sustentabilidade obedecem ao Decreto Estadual n. 21.264 de 20 de setembro de 2016, sendo difundido no Estudo Técnico Preliminar, em que conclui a inexistência de geração de impactos ambientais.

SUBCONTRATAÇÃO

6.9. É vedado, sob nenhum pretexto ou hipótese, subcontratar totalmente os serviços ajustados.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

6.10. Devido à natureza do objeto, não haverá exigência da garantia especificada nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021.

VISTORIA

6.11. O licitante poderá vistoriar o local onde será executado o objeto até o último dia útil anterior à data fixada no preâmbulo do Edital, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes.

6.12. A visita poderá ser agendada junto à Secretaria de Engenharia e Arquitetura nas segundas, quintas e sextas – das 7h:30min às 13h:30min e terça e quarta – das 8h00 às 12h00h e das 14h00 às 18h00. O agendamento deverá ser marcado pelo telefone (69) 3218-5671 (Secretaria de Engenharia e Arquitetura) nos horários acima citados.

6.13. A empresa fica ciente de que, optando ou não por empreender visita às dependências da ALE/RO, não serão aceitas alegações posteriores com o intuito de modificar ou frustrar a proposta apresentada, detendo a eventual contratada responsabilidade objetiva sobre a boa execução do objeto deste termo e o atendimento à sua finalidade precípua.

6.14. No ato da vistoria a licitante deverá assinar o “Termo de Opção de Vistoria”, devidamente preenchido, conforme modelo constante no Anexo I deste Termo de Referência, declarando que recebeu todas as informações para o cumprimento integral do objeto do presente certame. Declarando ainda que todas as dúvidas foram sanadas, tendo conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, o qual constituirá documento de habilitação do certame.

6.15. Toda a vistoria técnica será acompanhada por responsável designado pela ALE/RO, visando melhor apresentar o ambiente físico e funcional da Casa de Leis.

6.16. Caso a licitante opte por não realizar a vistoria, deverá assinar “Termo de Opção de Vistoria”, devidamente preenchido, conforme Anexo I deste Termo de Referência, assumindo o compromisso de atender aos requisitos e exigências deste Termo de Referência, nas condições e características verificadas no momento da execução do objeto contratado, não havendo possibilidade de posteriores alegações para o não cumprimento integral do objeto do presente certame, afirmando ainda que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, o qual constituirá documento de habilitação do certame.

LEGISLAÇÃO, NORMAS E REGULAMENTOS

6.17. A Contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato.

6.18. O procedimento para contratação de seguro predial obedecerá, integralmente, além de outras leis e normas pertinentes, aos seguintes normativos:

- LEI Nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal;
- DECRETO Nº 73, de 21/11/1966 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências;
- DECRETO Nº 61.589/67 - Retifica disposições do Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967, no que tange a capitais, ao início da cobertura do risco e emissão da apólice, à obrigação do pagamento do prêmio e da indenização e à cobrança bancária;
- Atos regulamentadores da SUSEP - Superintendência de Seguros Privados.

6.19. No que se refere ao tratamento jurídico diferenciado, de acordo com a Lei Complementar n.º 123/06, no § 4.º do seu art. 3.º, a saber:

§ 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o [art. 12 desta Lei Complementar](#), para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

(...)

VIII - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, **de seguros privados** e de capitalização ou de previdência complementar; (grifo nosso)

6.20. Deste modo, de acordo com a Lei Complementar n.º 123/06, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, empresas de seguros privados não podem se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado. Não sendo possível a instauração de um processo licitatório dirigido à contratação de microempresas ou empresas de pequeno porte exclusivamente, para este fim.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

7.1. O seguro consiste na garantia de pagamento de indenização por danos ou prejuízos ao Edifício-sede da Assembleia Legislativa de Rondônia e da Escola do Legislativo e deverá compreender as seguintes coberturas:

- a) Incêndio, Explosão, Fumaça, queda de raio e Queda de Aeronave;
- b) Danos Elétricos;
- c) Quebra de Vidro;
- d) Anúncios Luminosos;
- e) Derrame e Vazamento de Água;
- f) Equipamentos Móveis e Movimentação Interna;
- g) Equipamentos Estacionários;
- h) Impacto de Veículos;
- i) Vazamento de Tanques ou Tubulações;
- j) Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado e Queda de Granizo;
- k) Responsabilidade Civil;
- l) Responsabilidade Civil Garagista Simples.

Edifício Sede Principal - Assembleia Legislativa de Rondônia (15 pavimentos)				
Ordem	Cobertura	Limite Requerido de Indenização - LMI (R\$)	LMI (%)	Limite de Franquia Estipulado
1	INCÊNDIO, EXPLOÇÃO, FUMAÇA, QUEDA DE RAIOS E QUEDA DE AERONAVE	161.187.844,84	100,00%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 5.000,00.
2	DANOS ELÉTRICOS	33.365.883,88	20,70%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.000,00.
3	QUEBRA DE VIDROS	2.901.381,21	1,80%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 500,00.
4	ANÚNCIOS LUMINOSOS	483.563,53	0,30%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 500,00.
5	DERRAME E VAZAMENTO DE ÁGUA	2.417.817,67	1,50%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.000,00.
6	EQUIPAMENTOS MÓVEIS E MOVIMENTAÇÃO INTERNA	805.939,22	0,50%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.500,00.
7	EQUIPAMENTOS ESTACIONÁRIOS	2.095.441,98	1,30%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.500,00.
8	IMPACTO DE VEÍCULOS	1.289.502,76	0,80%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.500,00.
9	VAZAMENTO DE TANQUES OU TUBULAÇÕES	1.128.314,91	0,70%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.000,00.
10	VENDAVAL, FURACÃO, CICLONE, TORNADO E QUEDA DE GRANIZO	13.700.966,81	8,50%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 2.500,00.
11	RESPONSABILIDADE CIVIL	3.223.756,90	2,00%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 2.000,00.
12	RESPONSABILIDADE CIVIL GARAGISTA SIMPLES - 856 VAGAS ESTACIONAMENTO	1.289.502,76	0,80%	Por veículo sinistrado - 10% das indenizações com o valor mínimo discriminado: Veículo Nacional = R\$ 1.200,00, Veículo Importado = R\$ 2.500,00, Veículo Blindado = R\$ 3.000,00 e Moto/Bicicleta = R\$ 350,00.

Tabela 01 – Coberturas seguro predial do Edifício sede da ALE/RO

Edifício Sede - Escola do Legislativo de Rondônia (1 pavimento)

Ordem	Cobertura	Limite Requerido de Indenização - LMI (R\$)	LMI (%)	Limite de Franquia Estipulado
1	INCÊNDIO, EXPLOÇÃO, FUMAÇA, QUEDA DE RAIOS E QUEDA DE AERONAVE	8.660.303,02	100,00%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 5.000,00.
2	DANOS ELÉTRICOS	1.792.682,73	20,70%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.000,00.
3	QUEBRA DE VIDROS	155.885,45	1,80%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 500,00.
4	ANÚNCIOS LUMINOSOS	25.980,91	0,30%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 500,00.
5	DERRAME E VAZAMENTO DE ÁGUA	129.904,55	1,50%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.000,00.
6	EQUIPAMENTOS MÓVEIS E MOVIMENTAÇÃO INTERNA	43.301,52	0,50%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.500,00.
7	EQUIPAMENTOS ESTACIONÁRIOS	112.583,94	1,30%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.500,00.
8	IMPACTO DE VEÍCULOS	69.282,42	0,80%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.500,00.
9	VAZAMENTO DE TANQUES OU TUBULAÇÕES	60.622,12	0,70%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.000,00.
10	VENDAVAL, FURACÃO, CICLONE, TORNADO E QUEDA DE GRANIZO	736.125,76	8,50%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 2.500,00.
11	RESPONSABILIDADE CIVIL	173.206,06	2,00%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 2.000,00.
12	RESPONSABILIDADE CIVIL GARAGISTA SIMPLES - 42 VAGAS ESTACIONAMENTO	69.282,42	0,80%	Por veículo sinistrado - 10% das indenizações com o valor mínimo discriminado: Veículo Nacional = R\$ 1.200,00, Veículo Importado = R\$ 2.500,00, Veículo Blindado = R\$ 3.000,00 e Moto/Bicicleta = R\$ 350,00.

Tabela 02 – Coberturas seguro predial do Edifício da Escola do Legislativo

7.2. O limite máximo de garantia será na forma de risco relativo de cobertura básica e risco absoluto para demais coberturas.

LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.3. As atividades que serão Objeto do Contrato serão executadas nos seguintes prédios:

- Palácio Marechal Rondon, Sede da ALE/RO, sito à Av. Farquar nº 2562, Bairro Olaria, CEP 76.801-189, no município de Porto Velho, no estado de Rondônia;
- Escola do Legislativo, sito à Rua Major Amarantes nº 390, Bairro Arigolândia, CEP 76.801-911, no município de Porto Velho, no estado de Rondônia.

INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

7.4. Áreas dos edifícios cobertos pelo seguro:

- Área do terreno - Edifício sede: 21.017,69 m²;
- Área construída - Edifício sede: 43.073,02 m²;
- Área do terreno - Escola do Legislativo: 7.230,33 m²;
- Área construída – Escola do Legislativo: 4.693,10 m².

7.5. A edificação do edifício sede da Assembleia Legislativa foi erguida com estrutura em concreto armado, fundações profundas sapata isolada, lajes nervuradas e alvenaria de vedação em bloco estrutural de 1 vez e cobertura em estrutura metálica com telhas do tipo sanduíche isotérmicas. As esquadrias são em alumínio com pintura eletrostática, a fachada é de ACM e pele em vidro laminado 10mm e os acabamentos de paredes são em reboco, emassamento texturizado com pintura látex acrílica, forros modulados, pisos em granilite e piso vinílico em régua.

7.6. A edificação do imóvel da Escola do Legislativo tem fundações do tipo sapata isolada em concreto armado, estrutura em concreto armado, piso de em revestimento cerâmico e granito, cobertura em estrutura convencional de madeira com telhas metálicas e de fibrocimento de 5mm, vedação em alvenarias de tijolo cerâmico de 1/2 vez. As esquadrias são em ferro pintadas com tinta prime acabamento e em vidro temperado 8mm. Os acabamentos de paredes são em reboco, emassamento texturizado com pintura látex acrílica, forros de PVC, madeira e gesso acartonado.

7.7. A edificação é atendida por rede de hidrantes e extintores, incluindo equipamentos de segurança novos e completos (mangueiras, extintores, central de incêndio e acionadores manuais, sensores ópticos de fumaça etc). Foram seguidas as Instruções Técnicas – IT do Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia e a NBR 9077/2001.

7.8. Os imóveis a serem segurados contam com os seguintes elementos de segurança:

Edifício sede da ALE/RO

- Sistema de Vigilância Eletrônica;
- Portas Automáticas, detector de metais, catracas (duas) e raio X;
- Guarita de acesso para servidores e veículos.

Prédio da Escola do Legislativo

- Sistema de Vigilância Eletrônica;
- Guaritas com um vigilante cada que controlam a entrada e saída dos veículos.

ESPECIFICAÇÕES DA GARANTIA DO SERVIÇO

7.9. Não haverá exigência de garantia dos serviços contratados, devido à natureza do objeto.

8. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, seguindo as diretrizes da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. A comunicação a ser estabelecida entre a Contratante e a Contratada será realizada por meio de telefone, e-mail, forma escrita e reuniões.

8.3. A ALE-RO poderá convocar o Preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

PREPOSTO

8.4. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

8.5. A contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

FISCALIZAÇÃO

8.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) Fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

8.7. Na fiscalização, gestão e acompanhamento da execução contratual, o fiscal e gestor atenderão as disposições constantes da Lei de Licitações 14.133/2021 e Regulamentos internos desta ALE-RO.

8.8. Designar, através do Secretário Geral, servidores da Secretaria de Engenharia e Arquitetura para atuar como Fiscal dos serviços contratados e relacionar-se com a empresa contratada exclusivamente através da pessoa por ele credenciada.

8.9. A fiscalização, de que trata este item, não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, ficando esta responsável pelos danos causados diretamente à ALE/RO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato.

8.10. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.11. A fiscalização do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.13. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.15. A fiscalização do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

8.16. O fiscal poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

8.17. A fiscalização deverá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados ou, ainda, comunicando aos seus superiores, quando as providências ultrapassarem os limites de sua competência.

8.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

GESTÃO DE CONTRATO

8.19. O gestor do contrato acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.20. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.21. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.22. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.23. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.24. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.25. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.26. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8.27. Comunicar à contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado e/ou medido pela fiscalização.

8.28. Instruir o processo de pagamento com a Nota Fiscal ou Fatura e os demais documentos comprobatórios da prestação dos serviços, e encaminhar o processo de pagamento, conforme trâmites internos.

8.29. Análise e garantia do fiel cumprimento de todas as cláusulas contratuais;

8.30. Acompanhar a execução do serviço e solicitar a inscrição ou cancelamento de Restos a Pagar Processados ou Não Processados;

8.31. Emitir relatório de gestão do contrato, contendo todos os elementos necessários, inclusive o acompanhamento orçamentário do contrato;

8.32. Ao Fiscal e Gestor Competem:

8.32.1. Dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados ou, ainda, comunicando aos seus superiores, quando as providências ultrapassarem os limites de sua competência;

8.32.2. Anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, interagindo com a empresa contratada, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9. PAGAMENTO

DO RECEBIMENTO

9.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 dias úteis, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, contados após o recebimento da apólice.

9.1.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

9.1.2. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

9.1.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.2. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.4. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

DO PAGAMENTO

9.6. O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis caso o valor da contratação seja igual ou inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), e acima deste valor em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da apresentação da fatura/nota fiscal, conforme art. 9º da Resolução nº 395/2018-ALE/RO e Decreto Federal nº 11.871 de 29.12.2023, desde que os serviços objeto deste Termo de Referência tenham sido executados e a documentação da Contratada esteja regularizada. Se o boleto não for apresentado ou a documentação não esteja regularizada, a contagem dar-se-á somente a partir da apresentação de todos os documentos necessários à liquidação.

9.7. O pagamento será efetuado mediante quitação de boleto bancário.

9.8. Se o boleto for apresentado em desacordo ao contratado ou com irregularidades, o prazo para pagamento ficará suspenso, até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Assembleia Legislativa.

9.9. Nenhum pagamento será efetuado a Contratada enquanto estiver pendente de liquidação quaisquer de suas obrigações, não podendo este fato ensejar direito de reajuste de preços ou de atualização monetária.

9.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela Assembleia Legislativa, entre a data prevista para o pagamento até a correspondente ao efetivo pagamento do boleto, serão calculados por meio da aplicação da fórmula:

9.11. $EM = I \times N \times VP$, e quitados mediante apresentação de boleto próprio, onde:

- $EM = I \times N \times VP$, onde:
- EM = Encargos Moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso;
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim, apurado:
 - $I = i/365$;
 - $I = (6/100)/365$;
 - $I = 0,00016438$.
- Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

10.1. Como se trata de um serviço comum em que será contratado, por meio de PREGÃO ELETRÔNICO, somente um fornecedor, o julgamento deverá ser feito pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL, conforme art. 6, inciso XLI da Lei Federal n. 14.133/21.

REGIME DE EXECUÇÃO

10.2. O objeto será realizado por execução indireta, sob o regime de **Empreitada por Preço Global**, nos termos do art. 6º da Lei nº 14.133/2021:

“XXIX - empreitada por preço global: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total;”

10.3. Em observância ao item 9.1.3 do Acórdão n. 1.977/2013/TCU, temos que:

“A empreitada por preço global, em regra, em razão de a liquidação de despesas não envolver, necessariamente, a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, nos termos do art. 6º, inciso VIII, alínea 'a', da Lei 8.666/93, deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual; enquanto que a empreitada por preço unitário deve ser preferida nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam uma imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, como são os casos de reformas de edificação, obras com grandes movimentações de terra e interferências, obras de manutenção rodoviária, dentre outras;” (destaque nosso).

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.4. Comprovar aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto deste termo de referência, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

10.5. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) Comprove(m) aptidão para desempenho dos serviços no quantitativo de 50% do total a ser contratado, podendo ser admitida a apresentação de mais de um atestado e/ou declaração, nos termos do art. 67, § 2º, da Lei n. 14.133/2021.

10.6. Apresentar Certidão de Regularidade junto à SUSEP - Superintendência de Seguros Privados.

10.7. A licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) solicitado(s), apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato, que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, para verificações por parte desta Assembleia.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.8. A licitante deverá apresentar como prova de qualificação Econômica - Financeira:

10.8.1. Certidão Negativa de Recuperação Judicial – Lei nº 11.101/05 (recuperação judicial, extrajudicial e falência) emitida pelo órgão competente, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade;

10.8.1.1. Na hipótese de apresentação de Certidão Positiva de recuperação judicial, o (a) Pregoeiro verificará se a licitante teve seu plano de recuperação judicial homologado pelo juízo, conforme determina o art. 58 da Lei 11.101/2005.

10.8.1.2. Caso a empresa licitante não obteve acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, a licitante será inabilitada, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

10.8.2. Apresentar balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício financeiro, apresentados na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação das propostas, tomando como base a variação do IGP-DI ocorrida no período.

11. DO NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO

11.1. A nova legislação de licitações preconiza a busca pela eficiência nas contratações públicas. A decisão de não fragmentar a contratação em múltiplos lotes, optando por contratar uma única empresa para a prestação dos serviços de seguro predial para os edifícios da ALE/RO, está alinhada com as diretrizes estabelecidas pela nova Lei de Licitações, a Lei nº 14.133/2021, que busca promover a eficiência e a simplificação dos processos licitatórios.

11.2. De acordo com o Art. 47 da Lei nº 14.133/2021, no que diz respeito ao parcelamento da contratação:

“Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

(...)

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.”

11.3. No caso em análise, o parcelamento prejudicaria o controle sobre a execução do objeto licitado, assim como reduziria a eficiência com os custos administrativos e celeridade processual.

11.4. Conforme entendimento do TCU, há legitimidade da reunião de elementos de mesma característica, quando possa a adjudicação de itens isolados vir a onerar “o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, de sorte que poderia colocar em risco a economia de escala e a celeridade processual, comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração”. (Acórdão 5.301/2013 - 2ª Câmara).

11.5. Ainda, segundo o [Acórdão 861/2013 - Plenário](#), extrai-se que “lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação” e “O aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatuta constitucional e deve ser buscada pela administração pública”.

11.6. Quanto ao aspecto competitivo, a opção pelo não parcelamento se mostra tecnicamente viável e não tem a finalidade de reduzir a concorrência ou disputa do certame, visando, tão somente, assegurar que apenas a execução do objeto seja cumprida por uma única gestão/gerência. O agrupamento dos itens especificados em um único lote propiciará à Administração a gestão de apenas uma apólice de seguro de bens móveis e imóveis, diminuindo, dessa forma, o custo administrativo de todo o processo de contratação, maximizando a eficiência da gestão dos recursos públicos.

11.7. De acordo com a Decisão 400/1995 do Tribunal de Contas da União (TCU), a contratação deverá ser efetivada diretamente com empresa seguradora, não sendo permitida a apresentação de proposta através de corretora de seguros. Dessa forma, pelo fato do número que empresas concorrentes ser naturalmente limitado, o não parcelamento do objeto não ofenderia a competitividade.

11.8. Assim, do ponto de vista técnico, o não parcelamento do objeto proporciona melhor andamento à execução do objeto, posto que o gerenciamento permanece a cargo de um único administrador, já que:

- Permite o maior nível de planejamento, racionalização e controle pela Administração, facilitando a apuração de responsabilidades;
- Favorece a harmonia no funcionamento do ambiente operacional;
- Reduz possíveis entraves advindos de contratações múltiplas.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Emitir apólice de seguro em consonância com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), de acordo com as coberturas contratadas e contendo todos os dados da edificação.

12.2. Fornecer, junto com a apólice de seguro, manual ou documento equivalente, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro e normas de atendimentos especificando detalhadamente cada tipo de serviço à disposição, dentre as quais, obrigatoriamente, sobre as providências a serem tomadas em caso de sinistro.

12.3. Prover um serviço de atendimento por chamada, podendo prover também acesso por canal digital com operador que atenda as solicitações, para comunicação com a Assembleia Legislativa em caso de sinistro.

12.4. Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado pela ALE/RO.

12.5. Responder pelo total cumprimento da cobertura do seguro contratado perante a Assembleia Legislativa, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regularização de sinistros porventura ocorridos.

12.6. Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da contratação.

12.7. Executar diretamente o objeto do contrato decorrente deste Termo de Referência, vedada a subcontratação.

12.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.9. Guardar, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que por qualquer forma ou modo venham a tomar conhecimento, o mais absoluto sigilo, em razão dos serviços a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação, descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

12.10. Não utilizar sua qualidade de prestador de serviço ou o nome da Assembleia Legislativa em quaisquer atividades de divulgação profissional, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos.

12.11. Não se pronunciar em nome da Assembleia Legislativa a órgãos da imprensa, sobre quaisquer assuntos relativos às atividades desenvolvidas.

12.12. Comunicar a Assembleia Legislativa, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos que forem solicitados e atender as reclamações formuladas.

12.13. Indicar o(s) preposto(s) para acionamento e representação sobre qualquer assunto relativo ao contrato, devendo se encarregar da resolução das pendências, repasse das notificações e solicitações da Assembleia Legislativa bem como de apresentação dos prazos formais para atendimento, nos casos de impossibilidade de atendimento imediato, e ainda ter os poderes para receber notificações de descumprimento, de aplicação de penalidades, de rescisão, de convocação, de tomadas de providências para ajustes ou aditivos contratuais e todas as demais que imponham ou não abertura de processo administrativo ou prazo para a Contratada responder ou tomar providências e para representá-la em todos os demais atos que se relacionem à finalidade específica da condução do contrato.

12.14. Cumprir todas as disposições constantes do Objeto deste Termo de Referência, nos termos propostos, em conformidade com a descrição pormenorizada apresentada e indissociável, assumindo inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento das obrigações pactuadas, de acordo com as solicitações da Assembleia Legislativa, sob pena de responsabilidade pelo seu descumprimento.

12.15. Responder pelos danos causados diretamente a Assembleia Legislativa ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pela ALE/RO.

12.16. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Comunicar à Contratada a ocorrência de sinistro, tão logo dele tenha conhecimento.

13.2. Proteger o local sinistrado, de modo a evitar o agravamento dos danos.

13.3. Aguardar autorização da Contratada, antes de proceder à reparação dos danos

- 13.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pela empresa contratada, atinente ao objeto deste Termo de Referência.
- 13.5. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei n. 14.133/2021 e suas alterações posteriores.
- 13.6. Rejeitar, no todo ou em parte, a apólice em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.
- 13.7. Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento na forma prevista neste Termo de Referência.
- 13.8. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.
- 13.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.
- 13.10. Fazer cumprir fielmente as cláusulas integrantes do Contrato firmado.
- 13.11. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.
- 13.12. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 13.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 14.1. Os recursos necessários para a contratação da empresa, objeto desse contrato são provenientes de recursos consignados no orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO, devidamente previstos no Plano de Contratação Anual, Processo SEI nº 100.017.000004/2024-39 (ID nº 0204761);
- 14.2. A despesa correrá por conta da seguinte programação (ID nº 0274059):
- 14.2.1. Fonte de Recurso: 1500 - Recursos não Vinculados de Impostos;
 - 14.2.2. Programa de Trabalho: 01.001.01.122.1006.2406– Fortalecer a Estrutura do Poder Legislativo;
 - 14.2.3. Natureza da Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica.

15. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E REAJUSTE DE PREÇO

- 15.1. O valor previsto para contratação do seguro é de: **R\$ 178.631,16 (cento e setenta e oito mil, seiscentos e trinta e um reais e dezesseis centavos)**, conforme Quadro estimativo nº 47/2024 (ID nº 0310808) e Justificativa nº 0313430/2024-ALE/SCL/DEP-COMP (ID 0313430).
- 15.2. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 15.3. O reajuste está condicionado à análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no edital com data vinculada à apresentação das propostas ou do último reajuste, para os custos decorrentes do mercado.
- 15.4. Em caso de paralisação ou aditamento de prazo, devidamente justificado, ter-se-á que os preços dos serviços objeto do contrato, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite da apresentação da proposta de preços pela licitante ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumulado em 12 (doze) meses.
- 15.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgada o índice definitivo.
- 15.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 15.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 15.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 15.9. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da empresa contratada. Caso a empresa contratada não solicite tempestivamente o reajuste, ocorrerá a preclusão do direito. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)

- 16.1. A contratada que, sem justa causa, atrasar, não cumprir as obrigações assumidas, infringir preceitos legais ou cometer infração prevista no art. 155 da Lei 14.133/2021, aplicar-se-ão as penalidades prescritas pela Lei Geral de Licitações e demais normas cogentes, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, sem prejuízo das multas e demais ocorrências previstas no Termo de Referência, Contrato e/ou Ordem de Serviço.
- 16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
- I - Advertência;
 - II - Multa;
 - III - Impedimento de licitar e contratar;
 - IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 16.3. Havendo recusa da empresa vencedora em assinar o contrato será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o seu respectivo valor total, além de recair-lhe a responsabilidade por eventuais perdas ou prejuízos causados a Assembleia Legislativa.
- 16.4. O prazo para recolhimento da multa e/ou do ressarcimento por eventuais perdas ou prejuízos será de 30 (trinta) dias consecutivos, após o recebimento de notificação pela empresa.
- 16.5. O atraso injustificado para a emissão e/ou entrega da apólice de seguro, sujeitará à Contratada a multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, a cada dia de atraso, até o 10º (décimo) dia consecutivo, contado a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente

posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia consecutivo, poderá cumprir-se o disposto no subitem 20.10 deste Termo.

16.6. O atraso injustificado na realização da perícia sujeitará à Contratada a multa de 0,01% (um centésimo por cento) sobre o valor total do contrato, a cada hora ou fração de atraso, contado a partir da 1ª (primeira) hora imediatamente posterior ao término do respectivo prazo. A partir da 25ª (vigésima quinta) hora ou fração, poderá cumprir-se o disposto no subitem 20.10 deste Termo.

16.7. A Contratada, quando não puder cumprir o(s) prazo(s) estipulado(s) para a execução dos serviços, objeto deste Termo de Referência, deverá, até o vencimento do respectivo prazo, apresentar justificativa por escrito, em meio físico ou digital (engenharia@ale.ro.gov.br), ou entrar em contato com o Gestor do Contrato, devendo juntar documentos comprobatórios dos fatos alegados, ficando a critério da ALE/RO a sua aceitação.

16.8. Vencido(s) o(s) prazo(s) estipulado(s), a Assembleia Legislativa oficiará à Contratada, comunicando-lhe a(s) data(s)/hora(s) limite(s) para a execução. A partir da(s) data(s)/hora(s) limite(s) considerar-se-á recusa, podendo ser aplicada a sanção de que trata o subitem 20.10 deste Termo de Referência.

16.9. A execução do objeto deste Termo de Referência até a(s) data(s)/hora(s) limite(s) de que trata o subitem anterior não isenta a Contratada da(s) respectiva(s) multa(s).

16.10. Pelo descumprimento total ou parcial do compromisso pela Contratada, a Assembleia Legislativa poderá rescindir o contrato e/ou aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o seu respectivo valor total.

16.11. As multas mencionadas nos subitens anteriores serão cumulativas.

16.12. As multas devidas, bem como os prejuízos causados a Assembleia Legislativa não possuem caráter indenizatório e serão deduzidas dos valores a serem pagos ou recolhidos na forma da lei e o seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

16.13. A Contratada inadimplente quando não tiver valores a receber da Assembleia Legislativa terá o prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, após o recebimento de notificação, para recolhimento da multa ou para ressarcimento de danos ou prejuízos causados.

16.14. A aplicação de multas e/ou a rescisão do contrato não impede que a Assembleia Legislativa aplique à Contratada as demais sanções previstas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021 e serão precedidas de processo administrativo, mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

17. DA ALTERAÇÃO, DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

17.1. O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, conforme art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. Observadas as demais disposições constantes no Capítulo VIII, art. 137 da Lei nº 14.133/2021, a rescisão do contrato poderá ser declarada unilateralmente pela contratante, se a Contratada inexecutar obrigação contratual (total ou parcialmente), ou se houver a incidência de algum dos casos previstos no art. 137 da referida Lei.

17.3. Se a rescisão for unilateral ou amigável, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. E, em qualquer caso de rescisão, constará nos autos a respectiva e formal motivação, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório.

18. FORO

18.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas do presente Termo de Referência.

19. LISTA DE ANEXOS

19.1. Integram este Termo de Referência os seguintes anexos:

- Anexo I – Termo de Opção de Vistoria (ID nº 0340300);

Porto Velho, 19 de dezembro de 2024.

Elaborado por:

Jefferson Willian Batista da Silva

Analista Legislativo - Engenheiro Civil

SEAR-ALE/RO

De acordo:

Engº André Luiz Gurgel do Amaral

Secretário de Engenharia e Arquitetura

ALE/RO

Arildo Lopes Da Silva

Secretário Geral

ALE/RO



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Willian Batista da Silva, Analista Legislativo**, em 14/01/2025, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Gurgel do Amaral, Secretário de Engenharia e Arquitetura**, em 14/01/2025, às 12:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.al.ro.leg.br/validar>, informando o código verificador **0340229** e o código CRC **6D1E03AE**.

Referência: Processo nº 100.241.000035/2024-36

SEI nº 0340229

Av. Farquar, 2562 - Bairro Arigolândia - CEP 76801-189 - Porto Velho/RO
Site www.al.ro.leg.br

Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia - ALE/RO

MINUTA DE CONTRATO Nº 0340392/2024-ALE/SEC-ENG-ARQ/DEP-ENG

MINUTA DE CONTRATO

Processo SEI nº 100.241.000035/2024-36

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.794.681/0001-68, com sede na Avenida Farquar, n. 2562, Bairro Olaria, na cidade de Porto Velho/RO, neste ato representada pelo Secretário Geral Sr. **ARILDO LOPES DA SILVA**, inscrito no CPF sob o nº 299.056.482-91, portador do RG n.º 19593991 SSP/SP, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a Empresa XXXXX inscrita no CNPJ sob o n.º XXXXX, sediada na (ENDEREÇO COMPLETO), na cidade de XXXXX/XX, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato, representada por (Nome Completo), portador do CPF nº XXXXXXXXXXXX e inscrito no RG sob o nº XXXXXXXXXXXX, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 100.241.000035/2024-36, e em observância a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, autorizado pelo ato nº XXXXXXXXXXXX, decorrente do Pregão Eletrônico n.º XXXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro predial. Consistindo na garantia de pagamento de indenização por danos ou prejuízos ao Edifício-sede da Assembleia Legislativa de Rondônia e da Escola do Legislativo e deverá compreender as seguintes coberturas:

- a)** Incêndio, Explosão, Fumaça, queda de raio e Queda de Aeronave;
- b)** Danos Elétricos;
- c)** Quebra de Vidro;
- d)** Anúncios Luminosos;
- e)** Derrame e Vazamento de Água;
- f)** Equipamentos Móveis e Movimentação Interna;
- g)** Equipamentos Estacionários;
- h)** Impacto de Veículos;
- i)** Vazamento de Tanques ou Tubulações;
- j)** Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado e Queda de Granizo;
- k)** Responsabilidade Civil;
- l)** Responsabilidade Civil Garagista Simples.

Edifício Sede Principal - Assembleia Legislativa de Rondônia (15 pavimentos)				
Ordem	Cobertura	Limite Requerido de Indenização - LMI (R\$)	LMI (%)	Limite de Franquia Estipulado
1	INCÊNDIO, EXPLOÇÃO, FUMAÇA, QUEDA DE RAIOS E QUEDA DE AERONAVE	161.187.844,84	100,00%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 5.000,00.
2	DANOS ELÉTRICOS	33.365.883,88	20,70%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.000,00.
3	QUEBRA DE VIDROS	2.901.381,21	1,80%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 500,00.
4	ANÚNCIOS LUMINOSOS	483.563,53	0,30%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 500,00.
5	DERRAME E VAZAMENTO DE ÁGUA	2.417.817,67	1,50%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.000,00.
6	EQUIPAMENTOS MÓVEIS E MOVIMENTAÇÃO INTERNA	805.939,22	0,50%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.500,00.
7	EQUIPAMENTOS ESTACIONÁRIOS	2.095.441,98	1,30%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.500,00.

8	IMPACTO DE VEÍCULOS	1.289.502,76	0,80%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.500,00
9	VAZAMENTO DE TANQUES OU TUBULAÇÕES	1.128.314,91	0,70%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.000,00.
10	VENDAVAL, FURACÃO, CICLONE, TORNADO E QUEDA DE GRANIZO	13.700.966,81	8,50%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 2.500,00.
11	RESPONSABILIDADE CIVIL	3.223.756,90	2,00%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 2.000,00.
12	RESPONSABILIDADE CIVIL GARAGISTA SIMPLES - 856 VAGAS ESTACIONAMENTO	1.289.502,76	0,80%	Por veículo sinistrado - 10% das indenizações com o valor mínimo discriminado: Veículo Nacional = R\$ 1.200,00, Veículo Importado = R\$ 2.500,00, Veículo Blindado = R\$ 3.000,00 e Moto/Bicicleta = R\$ 350,00.

Tabela 01 – Coberturas seguro predial do Edifício sede da ALE/RO

Edifício Sede - Escola do Legislativo de Rondônia (1 pavimento)				
Ordem	Cobertura	Limite Requerido de Indenização - LMI (R\$)	LMI (%)	Limite de Franquia Estipulado
1	INCÊNDIO, EXPLOÇÃO, FUMAÇA, QUEDA DE RAIOS E QUEDA DE AERONAVE	8.660.303,02	100,00%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 5.000,00.
2	DANOS ELÉTRICOS	1.792.682,73	20,70%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.000,00.
3	QUEBRA DE VIDROS	155.885,45	1,80%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 500,00.
4	ANÚNCIOS LUMINOSOS	25.980,91	0,30%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 500,00
5	DERRAME E VAZAMENTO DE ÁGUA	129.904,55	1,50%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.000,00.
6	EQUIPAMENTOS MÓVEIS E MOVIMENTAÇÃO INTERNA	43.301,52	0,50%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.500,00.
7	EQUIPAMENTOS ESTACIONÁRIOS	112.583,94	1,30%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.500,00.
8	IMPACTO DE VEÍCULOS	69.282,42	0,80%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.500,00
9	VAZAMENTO DE TANQUES OU TUBULAÇÕES	60.622,12	0,70%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.000,00.
10	VENDAVAL, FURACÃO, CICLONE, TORNADO E QUEDA DE GRANIZO	736.125,76	8,50%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 2.500,00.
11	RESPONSABILIDADE CIVIL	173.206,06	2,00%	10% das indenizações com mínimo de R\$ 2.000,00.
12	RESPONSABILIDADE CIVIL GARAGISTA SIMPLES - 42 VAGAS ESTACIONAMENTO	69.282,42	0,80%	Por veículo sinistrado - 10% das indenizações com o valor mínimo discriminado: Veículo Nacional = R\$ 1.200,00, Veículo Importado = R\$ 2.500,00, Veículo Blindado = R\$ 3.000,00 e Moto/Bicicleta = R\$ 350,00.

Tabela 02 – Coberturas seguro predial do Edifício da Escola do Legislativo

1.2. O limite máximo de garantia será na forma de risco relativo de cobertura básica e risco absoluto para demais coberturas.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021. A prorrogação estará condicionada à comprovação da vantajosidade para a Administração Pública, desde que haja autorização da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação;

2.1.3. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.4. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

2.1.5. As condições e o valor do contrato permaneçam economicamente vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes;

2.1.6. A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

2.2. Toda prorrogação de contrato será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado, de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, ou outro meio que possa comprovar a vantajosidade do contrato a fim de assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, em relação à realização de uma nova licitação.

2.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando:

2.3.1. A CONTRATADA tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União, Estado ou do próprio órgão CONTRATANTE, enquanto perdurarem os efeitos;

2.3.2. A CONTRATADA não mantiver, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.4. Prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo;

2.5. O prazo de vigência contratual será contado a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato (ID nº 0340229).

MATRIZ DE RISCO

3.2. Constituem riscos a serem suportados pela CONTRATANTE:

3.2.1. Cobertura insuficiente para danos materiais;

3.2.2. Ocorrer sinistro não coberto pela apólice do seguro;

3.2.3. Negligência na atualização das informações cadastrais junto à seguradora;

3.2.4. Insuficiência de fundos para reparos emergenciais não cobertos pelo seguro;

3.2.5. Atraso na notificação de sinistros à seguradora, afetando o processo de indenização;

3.2.6. Perda de cobertura por não atendimento aos critérios de combate a incêndio impostos pela seguradora;

3.2.7. Perda de cobertura por não atendimento aos critérios de manutenção predial impostos pela seguradora;

3.2.8. Perda de cobertura por não atendimento aos critérios de segurança institucional impostos pela seguradora.

3.3. Constituem riscos a serem suportados pela CONTRATADA:

3.3.1. Atraso no pagamento do prêmio;

3.3.2. Inadimplência por parte da seguradora;

3.3.3. Má qualidade do serviço prestado pela seguradora;

3.3.4. Não cumprimento dos prazos estabelecidos no contrato por parte da seguradora.

3.4. Constituem riscos a serem compartilhados por AMBAS AS PARTES:

1.3.1. Falha na comunicação entre a Assembleia Legislativa e a seguradora em caso de emergência;

1.3.2. Litígios relacionados à interpretação do contrato de seguro.

1.4. Os demais riscos concernentes à fase preparatória da licitação, tal qual seus níveis de risco e medidas mitigatórias, encontram-se na Matriz de Risco, anexo do Estudo Técnico Preliminar.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É vedado, sob nenhum pretexto ou hipótese, subcontratar totalmente os serviços ajustados.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor para contratação do seguro é de: **R\$ XXXXXXXX** ().

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses contado da data limite para a apresentação das propostas.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

DO RECEBIMENTO

6.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 dias úteis, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, contados após o recebimento da apólice.

6.1.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

6.1.2. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

6.1.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.2. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.4. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

DO PAGAMENTO

6.6. O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis caso o valor da contratação seja igual ou inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), e acima deste valor em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da apresentação da fatura/nota fiscal, conforme art. 9º da Resolução nº 395/2018-ALE/RO e Decreto Federal nº 11.871 de 29.12.2023, desde que os serviços objeto deste Termo de Referência tenham sido executados e a documentação da Contratada esteja regularizada. Se o boleto não for apresentado ou a documentação não esteja regularizada, a contagem dar-se-á somente a partir da apresentação de todos os documentos necessários à liquidação.

6.7. O pagamento será efetuado mediante quitação de boleto bancário.

6.8. Se o boleto for apresentado em desacordo ao contratado ou com irregularidades, o prazo para pagamento ficará suspenso, até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Assembleia Legislativa.

6.9. Nenhum pagamento será efetuado a Contratada enquanto estiver pendente de liquidação quaisquer de suas obrigações, não podendo este fato ensejar direito de reajuste de preços ou de atualização monetária.

6.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela Assembleia Legislativa, entre a data prevista para o pagamento até a correspondente ao efetivo pagamento do boleto, serão calculados por meio da aplicação da fórmula:

6.10.1. $EM = I \times N \times VP$, e quitados mediante apresentação de boleto próprio, onde:

· $EM = I \times N \times VP$, onde:

· EM = Encargos Moratórios;

· N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

· VP = Valor da parcela em atraso;

· I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim, apurado:

o $I = i/365$;

o $I = (6/100)/365$;

o $I = 0,00016438$.

o Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. O reajuste está condicionado à análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no edital com data vinculada à apresentação das propostas ou do último reajuste, para os custos decorrentes do mercado.

7.2. Em caso de paralisação ou aditamento de prazo, devidamente justificado, ter-se-á que os preços dos serviços objeto do contrato, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite da apresentação da proposta de preços pela licitante ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumulado em 12 (doze) meses.

7.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgada o índice definitivo.

7.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da empresa CONTRATADA. Caso a empresa CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste, ocorrerá a preclusão do direito. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Comunicar à CONTRATADA a ocorrência de sinistro, tão logo dele tenha conhecimento.

8.2. Proteger o local sinistrado, de modo a evitar o agravamento dos danos.

8.3. Aguardar autorização da CONTRATADA, antes de proceder à reparação dos danos

8.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pela empresa CONTRATADA, atinente ao objeto deste Termo de Referência.

- 8.5. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores.
- 8.6. Rejeitar, no todo ou em parte, a apólice em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.
- 8.7. Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento na forma prevista neste Termo de Referência.
- 8.8. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.
- 8.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- 8.10. Fazer cumprir fielmente as cláusulas integrantes do Contrato firmado.
- 8.11. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais.
- 8.12. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 8.13. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. Emitir apólice de seguro em consonância com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), de acordo com as coberturas contratadas e contendo todos os dados da edificação.
- 9.2. Fornecer, junto com a apólice de seguro, manual ou documento equivalente, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro e normas de atendimentos especificando detalhadamente cada tipo de serviço à disposição, dentre as quais, obrigatoriamente, sobre as providências a serem tomadas em caso de sinistro.
- 9.3. Prover um serviço de atendimento por chamada, podendo prover também acesso por canal digital com operador que atenda as solicitações, para comunicação com a Assembleia Legislativa em caso de sinistro.
- 9.4. Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado pela ALE/RO.
- 9.5. Responder pelo total cumprimento da cobertura do seguro contratado perante a Assembleia Legislativa, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regularização de sinistros porventura ocorridos.
- 9.6. Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da contratação.
- 9.7. Executar diretamente o objeto do contrato decorrente deste Termo de Referência, vedada a subcontratação.
- 9.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.9. Guardar, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que por qualquer forma ou modo venham a tomar conhecimento, o mais absoluto sigilo, em razão dos serviços a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação, descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.
- 9.10. Não utilizar sua qualidade de prestador de serviço ou o nome da Assembleia Legislativa em quaisquer atividades de divulgação profissional, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos.
- 9.11. Não se pronunciar em nome da Assembleia Legislativa a órgãos da imprensa, sobre quaisquer assuntos relativos às atividades desenvolvidas.
- 9.12. Comunicar a Assembleia Legislativa, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos que forem solicitados e atender as reclamações formuladas.
- 9.13. Indicar o(s) preposto(s) para acionamento e representação sobre qualquer assunto relativo ao contrato, devendo se encarregar da resolução das pendências, repasse das notificações e solicitações da Assembleia Legislativa bem como de apresentação dos prazos formais para atendimento, nos casos de impossibilidade de atendimento imediato, e ainda ter os poderes para receber notificações de descumprimento, de aplicação de penalidades, de rescisão, de convocação, de tomadas de providências para ajustes ou aditivos contratuais e todas as demais que imponham ou não abertura de processo administrativo ou prazo para a CONTRATADA responder ou tomar providências e para representá-la em todos os demais atos que se relacionem à finalidade específica da condução do contrato.
- 9.14. Cumprir todas as disposições constantes do Objeto deste Termo de Referência, nos termos propostos, em conformidade com a descrição pormenorizada apresentada e indissociável, assumindo inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento das obrigações pactuadas, de acordo com as solicitações da Assembleia Legislativa, sob pena de responsabilidade pelo seu descumprimento.
- 9.15. Responder pelos danos causados diretamente a Assembleia Legislativa ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pela ALE/RO.
- 9.16. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 10.1. Não haverá exigência da garantia especificada nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. A CONTRATADA que, sem justa causa, atrasar, não cumprir as obrigações assumidas, infringir preceitos legais ou cometer infração prevista no art. 155 da Lei 14.133/2021, aplicar-se-ão as penalidades prescritas pela Lei Geral de Licitações e demais normas cogentes, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, sem prejuízo das multas e demais ocorrências previstas no Termo de Referência, Contrato e/ou Ordem de Serviço.
- 11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.3. Havendo recusa da empresa vencedora em assinar o contrato será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o seu respectivo valor total, além de recair-lhe a responsabilidade por eventuais perdas ou prejuízos causados a Assembleia Legislativa.

11.4. O prazo para recolhimento da multa e/ou do ressarcimento por eventuais perdas ou prejuízos será de 30 (trinta) dias consecutivos, após o recebimento de notificação pela empresa.

11.5. O atraso injustificado para a emissão e/ou entrega da apólice de seguro, sujeitará à CONTRATADA a multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, a cada dia de atraso, até o 10º (décimo) dia consecutivo, contado a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia consecutivo, poderá cumprir-se o disposto no subitem 20.10 deste Termo.

11.6. O atraso injustificado na realização da perícia sujeitará à CONTRATADA a multa de 0,01% (um centésimo por cento) sobre o valor total do contrato, a cada hora ou fração de atraso, contado a partir da 1ª (primeira) hora imediatamente posterior ao término do respectivo prazo. A partir da 25ª (vigésima quinta) hora ou fração, poderá cumprir-se o disposto no subitem 20.10 deste Termo.

11.7. A CONTRATADA, quando não puder cumprir o(s) prazo(s) estipulado(s) para a execução dos serviços, objeto deste Termo de Referência, deverá, até o vencimento do respectivo prazo, apresentar justificativa por escrito, em meio físico ou digital (engenharia@ale.ro.gov.br), ou entrar em contato com o Gestor do Contrato, devendo juntar documentos comprobatórios dos fatos alegados, ficando a critério da ALE/RO a sua aceitação.

11.8. Vencido(s) o(s) prazo(s) estipulado(s), a Assembleia Legislativa oficiará à CONTRATADA, comunicando-lhe a(s) data(s)/hora(s) limite(s) para a execução. A partir da(s) data(s)/hora(s) limite(s) considerar-se-á recusa, podendo ser aplicada as sanções estipuladas.

11.9. A execução do objeto deste Termo de Referência até a(s) data(s)/hora(s) limite(s) de que trata o subitem anterior não isenta a CONTRATADA da(s) respectiva(s) multa(s).

11.10. Pelo descumprimento total ou parcial do compromisso pela CONTRATADA, a Assembleia Legislativa poderá rescindir o contrato e/ou aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o seu respectivo valor total.

11.11. As multas mencionadas nos subitens anteriores serão cumulativas.

11.12. As multas devidas, bem como os prejuízos causados a Assembleia Legislativa não possuem caráter indenizatório e serão deduzidas dos valores a serem pagos ou recolhidos na forma da lei e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

11.13. A CONTRATADA inadimplente quando não tiver valores a receber da Assembleia Legislativa terá o prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, após o recebimento de notificação, para recolhimento da multa ou para ressarcimento de danos ou prejuízos causados.

11.14. A aplicação de multas e/ou a rescisão do contrato não impede que a Assembleia Legislativa aplique à CONTRATADA as demais sanções previstas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021 e serão precedidas de processo administrativo, mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

12.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.3. Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. Os recursos necessários para a contratação da empresa, objeto desse contrato são provenientes de recursos consignados no orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO, devidamente previstos no Plano de Contratação Anual, Processo SEI nº 100.017.000004/2024-39 (ID nº 0204761);

13.2. A despesa correrá por conta da seguinte programação (ID nº 0274059):

13.2.1. Fonte de Recurso: 1500 - Recursos não Vinculados de Impostos;

13.2.2. Programa de Trabalho: 01.001.01.122.1006.2406– Fortalecer a Estrutura do Poder Legislativo;

13.2.3. Natureza da Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica.

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento ou aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Advocacia da ALE/RO, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.5. Este contrato está sujeito ao regime jurídico previsto no artigo 104 da Lei nº 14.133 de 2021, que confere à Administração as prerrogativas de modificá-lo ou extingui-lo unilateralmente, quando necessário ao interesse público e nos termos da lei, fiscalizar sua execução, aplicar sanções por inexecução total ou parcial e, em casos de risco à prestação de serviços essenciais ou para resguardar apuração de faltas contratuais, ocupar provisoriamente bens e utilizar pessoal ou serviços vinculados ao objeto contratual.

15.6. As cláusulas econômico-financeiras e monetárias não poderão ser alteradas sem a prévia concordância do contratado, sendo garantido o equilíbrio econômico-financeiro em caso de modificações unilaterais.

15.7. O prazo para resposta quanto ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato é de 30 dias após a formalização do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo site oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Porto Velho, XXXX de XXXXX de 2024.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

Arildo Lopes Da Silva
Secretário Geral

(EMPRESA CONTRATADA)
Representando Legal

TESTEMUNHAS:

1 –
2 –



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Willian Batista da Silva, Analista Legislativo**, em 14/01/2025, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.al.ro.leg.br/validar>, informando o código verificador **0340392** e o código CRC **37947642**.

Referência: Processo nº 100.241.000035/2024-36

SEI nº 0340392

Av. Farquar, 2562 - Bairro Arigolândia - CEP 76801-189 - Porto Velho/RO
Site www.al.ro.leg.br